



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais -
FAJS

MAYRA ALANNA LEITE SIQUEIRA AMARAL VAZ

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS CHINESAS
COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNO**

Brasília-DF

2017

MAYRA ALANNA LEITE SIQUEIRA AMARAL VAZ

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS CHINESAS
COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do UniCEUB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel Relações Internacionais.

Orientador: Prof^o Dr. Cláudio Tadeu

Brasília-DF

2017

MAYRA ALANNA LEITE SIQUEIRA AMARAL VAZ

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS CHINESAS COMO
ESTRATÉGIA DE GOVERNO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do UniCEUB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel Relações Internacionais.

Orientador: Profº Dr. Cláudio Tadeu

BANCA EXAMINADORA

Cláudio Tadeu
(Professor orientador)

Examinador(a)

Examinador(a)

Brasília- DF

2017

AGRADECIMENTOS

Durante esses quatro anos de universidade, tive a oportunidade de encontrar pessoas maravilhosas em meu caminho, pessoas que me ajudaram a me reformular e aprender muito, tanto na academia quanto em minha vida pessoal. Gostaria de dedicar o meu agradecimento aos meus colegas de curso que foram base essencial para que o caminho longo e difícil se transformasse em uma jornada cheia de alegria, companheirismo e afeto. Dentre eles, o meu agradecimento especial com muito amor e carinho vai aos meus amigos Victor Sena, Tainara Abrante, Cicília Prado e Kamila Aben Athar, que sempre estiveram ao meu lado, tornando-se valiosos amigos. Aproveito a oportunidade para dedicar em especial este trabalho ao meu querido Professor Gabriel Fonteles, que, com a sua sensibilidade e profissionalismo, me ajudou a definir o objeto que viria a ser o tema deste trabalho. Além disso do meu orientador Cláudio Tadeu, que com muita dedicação e carinho, aceitou me auxiliar neste trabalho trazendo muitas contribuições relevantes Gostaria de agradecer e homenagear o meu pai Rogério Castro, que é a minha maior inspiração de vida, integridade, profissionalismo e caráter que eu já pude presenciar. Graças a ele, este sonho se tornou realidade. Além da minha mãe, exemplo de mulher e de força, que sempre esteve torcendo para o meu sucesso e vibrando com cada conquista minha como se fosse sua, trazendo forças para eu continuar e enxergando um potencial em mim que eu não sabia que tinha. Cada dia que passa, percebo como pareço com a minha mãe e como as lições e a boa criação que me foi dada foram cruciais para este momento. Por fim, gostaria de agradecer ao meu irmão Aristóteles Leite e à minha irmã Júlia Leite pelas palavras de incentivo e por sempre acreditarem no meu potencial, motivo de eu sempre buscar o meu melhor. Agradeço toda a troca entre nós três durante todo esse período e eu quero que vocês saibam que eu me orgulho da caminhada acadêmica de vocês e das pessoas que vocês se tornaram. É maravilhoso poder chegar nesse momento e perceber que tantas pessoas boas passaram em meu caminho, apesar de não citar todas, entre amigos, colegas e professores, é com lágrimas nos olhos que percebo como esses quatros anos foram valiosos e que me lembrarei de cada um com muita alegria, amor e gratidão.

RESUMO

Este trabalho tratará da interferência estatal chinesa no processo de internacionalização de suas empresas. A partir disso, no que tange aos incentivos governamentais, será estudado como a interferência estatal influencia o processo de internacionalização de empresas na China. Para tentar elucidar essa dinâmica, será usado o caso prático de Investimento Direto Externo (IDE) da China para com o Brasil. Também será demonstrado como se deu a globalização chinesa de Mao Tsé Tung até o atual presidente da China, Xi Jinping.

Palavras-Chave: China; internacionalização de empresas; incentivos governamentais.

ABSTRACT

This work will deal with Chinese state interference in the process of internationalization of its companies. From this, as far as government incentives are concerned, it will be studied how State interference influences in the process of corporate internationalization in China. To try to elucidate this dynamic, the practical case of Foreign Direct Investment (FDI) from China to Brazil will be used. It will also be demonstrated how the Chinese globalization of Mao Tse Tung has taken place until the current president of China, Xi Jinping.

Key words: China; internationalization of companies; government incentives.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 A TEORIA E A INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS	9
1.1 <i>O Contexto Chinês</i>	9
1.2 <i>A Visão Globalista</i>	10
1.3 <i>A Visão de Keohane e Nye</i>	13
1.4 <i>Milton Santos e a Crítica da Globalização</i>	14
1.5 <i>Teoria Crítica</i>	16
1.6 <i>Considerações</i>	18
2. A EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA CHINA	20
2.1 <i>China e o seu Sistema de Mandatos</i>	21
2.2 <i>Breve exposição da trajetória presidencial chinesa</i>	23
2.3 <i>Mao Tsé Tung e Deng Xiaoping (Ciência, Educação e Desenvolvimento)</i>	24
2.4 <i>O Desenvolvimento da China por Deng Xiaoping</i>	26
2.5 <i>Deng Xiaoping e a Trajetória do Desenvolvimento da China</i>	29
2.6 <i>O Governo de Jiang Zemin</i>	33
2.7 <i>O Governo de Hu Jintao</i>	34
2.8 <i>O Governo de Xi Jinping</i>	35
3. O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO CHINÊS E O CASO BRASILEIRO	39
3.1 <i>O Processo de Internacionalização Chinês</i>	39
3.2 <i>O Desenvolvimento Chinês</i>	42
3.3 <i>A Desaceleração de créditos ao IDE Chinês</i>	45
3.4 <i>Internacionalização de empresas chinesas no caso brasileiro</i>	48
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

A observação das características gerais dos investimentos chineses no exterior, permite argumentar que as motivações chinesas para internacionalizar suas empresas vão além das de cunho puramente comercial, passando por objetivos de cunho geopolíticos. Esta análise busca demonstrar como a internacionalização de empresas é uma pauta prioritária do governo chinês e, neste sentido, entender o peso que tal prioridade em sua agenda política possui, baseado nas políticas governamentais do atual presidente da China, Xi Jinping. Para que o processo de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) seja apreendido de maneira satisfatória, a título de comparação, a análise abordará as relações Brasil-China, uma vez que a interação entre esses dois países, no que tange a internacionalização de empresas, é uma crescente. Para os chineses, é viável que essa interação aconteça, visto que o Brasil possui uma vasta quantidade de matérias primas importantes para que o contínuo crescimento e desenvolvimento político-econômico do país asiático. Por outro lado, os brasileiros precisam de investimento em seus modais, visto que o Brasil tem problemas graves de logística e, por assim dizer, no escoamento de seus produtos. Os chineses, assim, possuem expertise em infraestrutura e dinheiro para investir no país. Tais interações também serão investigadas neste trabalho.

Desse modo, o seguinte trabalho busca responder a hipótese: como a interferência estatal influencia o processo de internacionalização de empresas na China. O objetivo geral será, por sua vez, demonstrar como a internacionalização de empresas é uma pauta prioritária do governo chinês. A partir disso, visa evidenciar os meios pelos quais os chineses se utilizam para sustentar o seu desenvolvimento. Por fim, para fins de comparação, a análise abordará as relações Brasil-China, tendo como objetivo específico entender o contexto chinês de Mao Tsé-Tung até o atual presidente Xi Jinping; entender as relações Brasil-China, por meio das teorias globalistas, de Milton Santos, e de Robert Keohane e Joseph Nye, explicar o cenário em que os chineses se inserem internacionalmente. Esse estudo foi dividido em três etapas, onde o primeiro capítulo tratará do aspecto teórico e contará com as perspectivas das teorias globalistas, crítica, neoliberal e de Milton Santos. O segundo capítulo abordará as questões históricas da China de Mao Tsé-Tung até o

presidente atual Xi Jinping, no que tange a internacionalização de empresas. Por fim, o terceiro capítulo será responsável pela análise do trabalho e será utilizado o caso prático Brasil e China. A metodologia utilizada será a revisão bibliográfica, para a abordagem teórica, e o método estatístico, no que se refere aos dados comerciais e de investimento chineses.

1. TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS

Este capítulo apresenta a parte teórica do trabalho e abordará aspectos intrínsecos a China, como as reformas que ocorrem a partir do contexto internacional que os chineses se encaixam. Como base teórica, será utilizado a teoria a Interdependência Complexa dos cientistas político Robert Keohane e Joseph Nye. Ambos responsáveis pelo livro “Power and Interdependence” onde foi cunhado o conceito de interdependência complexa e foi dividido o conceito de interdependência entre “simétrico e assimétrico”. Também serão debatidos temas relacionados à globalização e a discussão do imperialismo tratando de alguns teóricos que caminham para este sentido, no que tange a internacionalização de empresas. Serão ressaltados por autores como Ellen Wood e Robinson a transição que o globo presencia e, a partir da perspectiva de John Hobson, como alguns países fazem mudanças a seu próprio favor para levarem vantagem, no que ele acredita ser uma competição entre Estados. Além disso, será abordado por Hardt e Negri as noções de fronteiras que foram superadas, transformando-se em uma nova dinâmica de impérios. Por fim, apresentará a visão do Milton Santos, geógrafo brasileiro, e de alguns teóricos críticos, como Lênin e Karl Marx.

1.1 O Contexto Chinês

De acordo com Accioly; Alves e Leão (2009), a internacionalização de empresas chinesas ocorre de maneira crescente. Com o passar dos anos, se comparado os índices apresentados em 1990 e 2007, verifica-se que a China investiu US\$ 830 milhões e US\$ 22,5 bilhões em investimento externo direto, respectivamente. Tais dados demonstram o grande interesse chinês na internacionalização de suas empresas. Com algumas mudanças políticas dentro do país, o incentivo à internacionalização de empresas a partir do governo chinês foi intensificado e priorizado e, desse modo, foi possível ultrapassar alguns países como a Coreia e Singapura. O que justifica tal crescimento acelerado é a política de incentivos amparados pelo governo da China. As cinco maiores empresas são de setores estratégicos para o país: duas são petrolíferas, uma terceira atua no setor financeiro, a quarta atua no setor de transporte e outra no setor de construção civil.

Todas são propriedade do Estado.

No governo atual do presidente da China, Xi Jinping, os escritores Men e Tsang (2015) relatam que ao tomar as rédeas do Partido Comunista, Xi demonstrou diretrizes principais em seu governo que deverão ser seguidas, dando início a um processo de reformas responsáveis por aprofundar caminhos já iniciadas no governo de seu antecessor, Hu Jintao. Para Xi, seu governo seria marcado pelo aprofundamento das reformas já em andamento. Seu propósito é o de desenvolver o país, em um nível ainda mais audacioso. Para ele, seria um novo estágio de crescimento para o país. Em suas propostas, Xi Jinping foi além da parte econômica e demonstrou interesse em mudar até a governança do país ao aumentar o protagonismo chinês nas instituições internacionais.

1.2 A Visão Globalista

Jatobá (2013) entende que o termo “imperialismo” denota uma conotação pejorativa comparado à palavra “globalismo”. Porém, o contexto histórico da tomada do poder de militares reacendeu o contexto de teorias imperialistas e ganhou espaço nas discussões de autores globalistas da atualidade. Para eles, existem formas diferenciadas do imperialismo e inclusive da globalização, sendo que alguns desses autores consideram que essas novas configurações estão associadas na organização social global e nas formações de classes sociais. Abaixo, alguns autores globalistas que fazem um paralelo com os aspectos imperialistas serão utilizados para a compreensão da internacionalização de empresas chinesas e o seu movimento de governo prioritário para atender tais demandas.

De acordo com Hobson (1902), crítico ao imperialismo, é entendido que dentro da hierarquia internacional existe uma divisão do trabalho, divisão essa que dependerá da riqueza e influência política de cada país. Tal visão contrapõe o conceito das “vantagens comparativas”, de David Ricardo, de benefício mútuo, no que tange o comércio internacional, bem como a teoria realista, que afirma que as políticas imperialistas são a expressão da balança de poder e, a partir da competição com outras potências, tais países realizam mudanças a seu favor para influenciar no resultado final da competição entre Estados. Os chineses com os incentivos

governamentais prioritários e a internacionalização de empresas influenciam que a competição para com os outros Estados seja a seu favor. Em 17 anos, os investimentos externos direto dos chineses saiu de US\$ 830 milhões para US\$ 22,5 bilhões Acioly, Alves e Leão (2009). Tais incentivos demonstram à vontade em que os chineses tem em ganhar a competição mencionada por Hobson. A China em pouco tempo ultrapassou os Tigres Asiáticos, países com um crescimento e desenvolvimento acelerado e altamente modernizado.

Hobson (1972) em seu livro “Imperialism: a study”, mantém uma postura não determinista em relação às dinâmicas que se dão, no que diz respeito aos desdobramentos políticos, pois acredita que para se chegar ao fim, foram necessárias escolhas anteriores nos âmbitos do militarismo, da guerra e da diplomacia sem escrúpulos. Nesses termos, Hobson, um dos primeiros teóricos a contribuir com o estudo imperialista, demonstra em sua teoria que a sociedade capitalista enfrenta alguns problemas que estão interligados como: superprodução, subconsumo (quando se trata da classe operária que ganha um salário inferior comparado ao seu chefe) e grandes taxas de acumulação de riqueza por parte do proprietário da fábrica. Diante dos problemas mencionados, foi necessário buscar novos mercados que favoreciam apenas algumas partes da rede hierárquica, como industriais, agentes da burocracia colonial e financistas. Diante do que o autor menciona, é possível associar ao grande capital que os chineses acumularam conforme cresciam em termos industriais, tornando-se à grande fábrica do mundo. Para que esse fluxo crescente continuasse o seu desenvolvimento, foi preciso buscar novos territórios para dar procedimento às aspirações chinesas, visto que a alta velocidade fabril chinesa dispunha de muitos produtos para uma população que já ficará saturada com a grande oferta e neste sentido a busca de novos mercados foi a solução encontrada para o escoamento da grande oferta chinesa.

Já sobre os teóricos críticos, segundo Jatobá (2013), a teoria Leninista critica a expansão comercial baseado no governo. A partir disso, pode-se inferir que a expansão chinesa possui os atributos sugeridos por Lenin, demonstrando que o capitalismo é incongruente quando se faz uma análise da internacionalização do capital ou o avanço capitalista, pois, para os leninistas, o imperialismo é uma fase

após o capitalismo e está ligada ao monopólio. Sendo assim, em paralelo com o que foi dito pelo autor, a concentração da manufatura pelos chineses e posteriormente a internacionalização de suas empresas com grande poder competitivo em meio internacional é considerado pelos teóricos críticos uma política imperialista, visto a dificuldade existente em competir com os produtos chineses, ocasionando em um monopólio.

Ellen Wood (2003), no livro “Empire of Capital”, trata o imperialismo como “o império do capital” moderno. Para a autora, estamos vivenciando uma forma contemporânea de imperialismo e, neste sentido, os novos impérios estão surgindo através do Comércio. É fácil fazer um paralelo com o caso chinês, que cada vez mais ganha espaço sob esse aspecto. Wood continua seu raciocínio lembrando que em outros tempos esse “império” seria formado através do domínio militar sobre os territórios, reforçando seu argumento de que presenciamos um novo tipo de imperialismo. Apesar da nova conjuntura internacional especificada por Wood, o “império do capital” necessita de toda a rede global de Estados soberanos, pois é fundamental para angariar novos mercados e, por assim dizer, mais capital, como é o caso dos chineses, que construíram um império à base do comércio e ampliam cada vez mais sua influência no globo, se tornando dependentes da rede de compradores que o fazem ser a potência econômica que são.

Wood (2003) cita as contradições existentes dentro dessa nova dinâmica imperialista. Na visão dela, as novas relações transnacionais acarretam em adversidades. O debate sobre fronteiras baseado nas internacionalizações por meio do expansionismo gera o desrespeito aos limites territoriais e as autoridades políticas, cujos quais são necessários para garantir estabilidade dentro do país para que as transações financeiras e econômicas continuem ocorrendo. É necessário que exista dentro dos Estados estabilidade política para que seja vantajoso investir. Neste sentido, o Estado imperialista tenta interferir nas leis internas do país em questão, movimento evidenciado pelos chineses aqui no Brasil, onde eles fazem articulação política para que leis sejam votadas ao seu favor. Ellen destaca como esse tipo de contradição é mais notório na nova configuração imperialista (WOOD, 2003).

Para Robinson (2004), que escreveu o livro “A Theory of Global Capitalism - Production, Class, and State in a Transnational World”, e, assim como Wood, acredita que o cenário internacional vive uma transição, no que tange a integração do mercado capitalista mundial. Para ele, o mundo vivencia o momento de uma “classe capitalista transnacional” por meio da multinacionalização comercial, produtiva e financeira, originando uma hierarquia social internacional. O Estado também ganha o status de “Estado Transnacional” e cada vez a política interna de que país se demonstra mais vinculada à ordem capitalista mundial. No pensamento do autor, toda essa vinculação ao capitalismo não deve ser entendida como um triunfo do capitalismo, pois as contradições existentes são visíveis e frequentes. A tensão entre blocos capitalistas e a desproporcionalidade política para com países como menos força econômica e política, que são marginalizados graças ao imperialismo contemporâneo, são exemplos das consequências advindas do sistema capitalista.

Robinson (2004) acredita que o mundo vive uma transição e transformações nos papéis de cada ator no cenário internacional. Diante disso, na visão do autor, o Estado se transforma em um “Estado Transnacional”. No caso da América do Sul, em especial países como o Brasil e o Peru, há uma aproximação intensa com os chineses. O motivo de tal interação da China para com ambos países latino-americanos é que os dois possuem riquezas minerais que são importantes para o crescimento econômico chinês. Essa região tornou-se importante para a expansão internacional da China e a fez buscar outras oportunidades de mercado nesses países, como infraestrutura e serviços. A presença do país asiático na América Latina vem ganhando espaço cada vez mais espaço e fazendo da China ator principal no que tange questões econômicas relacionadas às dinâmicas comerciais da região (EL PAÍS, 2017).

Para Hardt e Negri (2000), autores contemporâneos da literatura neoliberal, a noção de império ainda está presente no contexto atual, apesar de ser entendido pelos autores sob uma nova perspectiva. Segundo os autores, o império se desvincula do contexto dos territórios, por assim dizer “fronteiras fixas”, e a descentralização da supremacia é a nova maneira de se pensar o Estado e o seu poder. A palavra “governança”, nessa nova perspectiva, ganha força e denota o

poder sem fronteiras, no qual a tecnologia permite com que o controle da vida do indivíduo, por parte do Estado, aumente e, apesar de se utilizar da violência como forma de ordenamento interno, se é utilizado em um contexto global o discurso de paz mundial. Os chineses internacionalmente reproduzem um discurso pacífico, mas internamente existe um alto controle social por meio das mídias e a presença do uso da força também é notado como forma de ordenamento social.

1.3 *A Visão de Keohane e Nye*

Daniel Jatobá (2013) afirma que o cenário em que a antiga União Soviética e os Estados Unidos da América disputaram poder foi importante para a diminuição dos conflitos políticos e fundamental para a valorização de agendas no meio internacional com temas ligados à economia. Neste sentido, o destaque também foi importante para colocar em pauta atores que não fossem os Estados, como, por exemplo, as multinacionais ou transnacionais. Foi nesse cenário que os autores Keohane e Nye fundamentam sua teoria da “Interdependência Complexa”. Na visão de Jatobá, tal teoria foi uma junção de duas linhas teóricas de pensamento: as perspectivas da cooperação, advinda dos liberais, e a visão realista, que acredita nos recursos de poder para a conquista política.

Em seu livro “Power and Interdependence”, Keohane e Nye (1977) se referem ao conceito de interdependência. A interdependência por si só representa a interação que um país tem para com o outro. Segundo os autores, ainda existe a “interdependência complexa”, que possui características específicas e políticas diferenciadas, pois o nível de sensibilidade e vulnerabilidade é maior, levando a complexidade que os autores mencionam. Quanto mais interdependente o país for, maior é o contato estabelecido entre nações e tal interação gera uma competição em termos internacionais. Os chineses, com a sua grande capacidade produtiva, especialmente na manufatura, são dependentes dos países compradores dos seus produtos e neste aspecto é gerado uma situação de interdependência com os países que os chineses mantêm uma relação de trocas comerciais.

Conforme as trocas comerciais chinesas são instigadas e ganham protagonismo no cenário internacional, percebe-se o acúmulo de capital que o país

adquire conforme tais transações. Esse tipo de interdependência deixa a comunidade internacional ainda mais conectada e passível de uma crise generalizada caso os chineses entrem em colapso econômico. Keohane e Nye (1977) classificam a interdependência em dois aspectos, “simétrica” ou “assimétrica”. O que vai definir qual aspecto é definido entre duas nações são os efeitos e os custos que tal aproximação acarretará para cada uma das partes em questão. A internacionalização das empresas chinesas demanda grande apoio do governo para sua ampliação no meio global e deve ser mensurado se há mais ganhos ou perdas em tais interações, visto que muitas dessas aproximações ainda não possuem um desfecho para análise.

1.4 *Milton Santos e a Crítica da Globalização*

Em seu livro “A Natureza do Espaço”, Milton Santos (2006) divide sua obra em toda a trajetória do homem, relacionando-o com suas interações tecnológicas. Tais trajetórias são organizadas em meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional. O meio natural representa a interação do homem com a natureza e suas partes, e à valorização das condições naturais de vida. O meio técnico é o envolvimento do homem com o maquinário e, neste sentido, o surgimento de uma lógica própria e por vezes conflitante sobre a razão própria humana e técnica. Por último, o meio técnico-científico é o envolvimento do homem com a máquina, isto é, com a tecnologia.

Santos (2006) elucida que tal divisão se atenta aos interesses das novas correntes mundiais e, neste sentido, também aos novos atores hegemônicos que se articulam e ganham espaço por meio da cultura, política e economia. O meio técnico-científico-informacional é ligado diretamente à globalização, pois a noção de Estado ligado ao território aos poucos se perde e a noção de unidade se manifesta e o globo passa a ser universal. O técnico informacional, na visão de Milton, tende a se difundir de maneira generalizada e mais veloz. Além disso, quanto mais “técnico”, mais autores contemporâneos se deixam subordinar às tendências globais. Ao aumentar a construção de vias, como estradas, pontes e modais, a necessidade de uma maior interação entre o globo é notada pelo autor e, assim, torna-se importante a relação de um território com outro. Atores hegemônicos passam a se associar, tornando-se encarregados do processo de globalização.

Na visão do autor, conforme os espaços territoriais para fabricação de produtos aos poucos são diminuídos, a distribuição desses mesmos produtos se alargam com ampla circulação concomitantemente, estimulando ainda mais o consumo. Com o avanço da tecnologia, os espaços reservados para a produção sofrem alterações e, como consequência, conseguem produzir muito mais com espaço reduzido. Esse feito é possível graças aos avanços da biotecnologia e da química. A criação de áreas específicas para produção de determinados produtos se torna a fabricação mais vantajosa e aumenta a necessidade de trocas comerciais entre tais mercadorias, uma vez que a circulação de produtos passa a ser uma constante necessidade no mundo, visto que, a transformação da produção gera um novo padrão de comportamento (SANTOS, 2006).

A mudança na produção foi fundamental para a transformação no espaço tempo, pois gerou um aprofundamento na especialização produtiva de cada ator no cenário internacional e, neste sentido, levou a circulação de mercadoria para um nível ainda mais alto. Dependendo da flexibilidade e do regimento interno de cada país, essa fluidez pode ser ainda maior, gerando um círculo vicioso (SANTOS, 2006). O autor ainda cita alguns outros autores que corroboram com a sua ideia, como é o caso do A. Mamigonian (1994), que faz referência aos Estados Unidos da América e a alguns países da América Latina, no qual afirma que a globalização busca mercados internacionais indiscriminadamente, forçando um processo de desindustrialização, enfraquecendo a soberania estatal de determinado Estado. Santos, ainda cita P.Ciccolella (1993), autor que fala sobre as empresas multinacionais e como elas “curto-circuitam” os Estados. Vale ressaltar que as fronteiras continuam importantes nesses contextos que o Milton Santos traça, talvez ainda mais importante na atualidade.

1.5 Teoria Crítica

Segundo Coelho (2011), a intensificação das relações entre Estados ocorre a partir da Segunda Guerra Mundial e dessa maneira, os tipos de comunicação entre países se intensificaram. Se antes existiam os Estados como únicos atores principais, nessa nova configuração é reconhecida a existência de outros atores no

cenário internacional. Para Oliveira (2014), o mundo está conectado em redes e aspectos territoriais não são fatores chaves para pré-determinar algum tipo de conexão entre atores. De acordo com o autor:

“O mundo globalizado deixa de ser espacialmente delimitado. Todos os eventos e fatos nele produzidos afetam todo o Planeta, o que leva à necessidade de reorganizar o eixo-local global, podendo a globalização significar um processo que produz as conexões e os espaços transnacionais e sociais, que revalorizam culturas e põem em cena terceiras culturais, onde globalização significa negação do Estado mundial, ou melhor dizendo, sociedade mundial sem Estado mundial, sem governo mundial, sem poder hegemônico, sem regime político” (OLIVEIRA, 2004, p. 477).

Com o surgimento de novos atores por meio da globalização, criou-se uma complexa relação no sistema internacional que, na visão de Bedin, relativizou o que são fronteiras, no que tange os meios de comunicação, transporte, produção e o consumo. Tais interações transformou o planeta “em um território de todos” e, neste sentido, estabeleceu-se uma nova noção de desenvolvimento e redefiniu o sentido de espaço e de tempo (BEDIN, 2011).

Coelho ainda aplica o conceito de Gramsci de “Hegemonia a Ordem Mundial” e se utiliza da abordagem de Cox para demonstrar que tal conceito não atinge apenas dois Estados distintos, mas que as relações de classes sociais também estão envolvidas na geração de vínculos causadas pela globalização. Tal conceito de Cox remete à internacionalização da hegemonia de um determinado país para o globo (COELHO, 2011).

Karl Marx, em sua obra "Contribuição à Crítica da Economia Política" (ano), faz um paralelo entre a produção e a distribuição dos produtos. Para o autor, em primeiro lugar, o objeto faz com que surja a necessidade do indivíduo em possuir determinado produto. Feito isso, as "leis sociais" acabam por fazer a divisão e, por assim dizer, a distribuição de cada item, tornando-se um bem comum em cada realidade social. Na análise de Marx, a distribuição e a troca aparecem como o fator central de toda essa dinâmica (MARX, 2009).

"A distribuição determina a proporção em que correspondem os produtos ao indivíduo; a troca determina os produtos nos quais o indivíduo reclama a parte que a distribuição lhe atribui. Produção, distribuição, troca, consumo formam mais assim um silogismo segundo as regras: produção, a generalidade; distribuição e troca, a particularidade; consumo, a individualidade que expressa a conclusão" (MARX, 2009, p.245).

Segundo Júnior (2011), ao apresentar o livro de Lenin, diz que o capital financeiro do mundo é monopolizado, pois está concentrado em lugares e pessoas específicas. Para Lênin, tal monopolização afeta a emissão de valor, empréstimo e faz com que a sociedade seja direcionada aos interesses do monopólio. A sociedade, refém desse tipo de prática, enriquece os donos do monopólio, enriquecendo-os de maneira crescente e dobrando seus lucros. Em período de crise, na perspectiva de Lenin, os pequenos empresários têm seus negócios arruinados, pois não conseguem deixar os preços de seus produtos competitivos como os das grandes corporações (JÚNIOR, 2011).

Lenin ainda separa o capitalismo em velho e moderno, sendo que o primeiro era marcado pela livre concorrência e a exportação de produtos, e o moderno era caracterizado pelo desenvolvimento da produção de produtos de valor agregado, quando se é pensado o serviço (trabalho) como uma mercadoria. Para o autor, a troca nos âmbitos doméstico e internacional são tidas como traço principal do capitalismo e, assim, torna-se difícil prever em uma situação empresarial quem irá prosperar ou falir, tornando-o desigual (JÚNIOR, 2011).

A trajetória da Inglaterra teve ascensão rápida como o primeiro país capitalista e, sendo assim, transformou-se em um país de manufatura, fornecendo-as para todos os países, que em troca proviam matérias-primas para garantir o desenvolvimento inglês. Com as barreiras alfandegárias, o país sofreu retrocesso em seu crescimento fabril no final do século XIX e novos países acumularam capital, ultrapassando os ingleses e se tornando Estados capitalistas independentes.

A formação de monopólio no século XX se deu através de outros tipos de uniões, como por exemplo: uniões monopolistas capitalistas e, em poucos países, acumulação de capital, o que resultou no enriquecimento desses Estados. Com o excedente de capital, as redes do capital financeiro chegaram a todos os países do mundo desempenhando um papel importante, no que tange aos bancos fundados nas colônias. Lênin fala sobre a partilha do mundo e que os Estados se estabelecem politicamente com base no poderio econômico que determinam as relações de tais países pela “luta do território econômico” (JÚNIOR, 2011).

O imperialismo na visão de Lenin, surgiu como um desenvolvimento do capitalismo em si, mas só se tornou imperialismo quando determinados padrões capitalistas foram superadas, a exemplo a estrutura econômica social, que se tornou superior. A livre concorrência é a principal vertente do capitalismo e nesse estágio é substituída pelo monopólio, criando o conceito de “produção em larga escala” e eliminando os pequenos produtores. Tal lógica monopolística é responsáveis pelos cartéis, sindicatos e trustes, trazendo contradições e conflitos profundos no que seria a transição do capitalismo para o monopólio, que se trata na visão do autor de um “regime superior” (JÚNIOR, 2011).

1.6 Considerações

Hobson (ano) acredita que dentro de uma hierarquia internacional existe uma divisão do trabalho que dependerá exclusivamente da posição política que o país se encontra, de acordo com o seu status internacional, o que contrapõe a questão das “vantagens comparativas”, a qual afirma que cada país produzirá o que possui maior competitividade. Para Santos (2016), por conta da produção necessária para conseguir suprir a demanda que aumenta a cada modernização e da alta tecnologia, os espaços de produção são diminuídos, ocasionando em uma especificação de áreas para produção de determinados produtos. A teoria de Hobson e de Santos se complementam no sentido de que, para Hobson, a divisão do trabalho é feita a partir da hierarquia internacional, e, para Santos, o consumo é determinante para a construção de um padrão de consumo aliado com a tecnologia. Ambos autores criticam esse movimento, Hobson por achar que o capitalismo é uma nova fase do imperialismo e Santos, pelo consumo desenfreado dos Estados (HOBSON, 1972).

Os teóricos críticos, como os leninistas, fazem crítica a essa expansão em larga escala, visto que as empresas são grandes conglomerados que possuem o monopólio das vendas desses produtos, ou seja, boa parte do comércio internacional está nas mãos de poucos empresários que dominam o mercado. Fazendo um paralelo com a globalista, Ellen Wood, uma nova espécie de imperialismo está se formando baseado no comércio. Tanto os teóricos críticos, quanto os globalistas fazem crítica a esse movimento que está surgindo por meio do

comércio. Robinson (2004) também critica esses movimentos, uma vez que levariam a hierarquia internacional a se basear em uma “classe capitalista transnacional”, indo de encontro com o que é dito pelos autores Hardt e Negri (2000). Para eles, a noção de fronteiras fixas são deixadas aos poucos de lado e, ao contrário disso, surge uma nova maneira de se pensar o Estado como sendo um poder descentralizado, culminando em um poder sem fronteiras.

Já Keohane e Nye (ano) se referem ao seu conceito de interdependência complexa, visto que o grau de sensibilidade entre atores é enorme e, nesse sentido, quanto mais interação houver entre os atores, maior será a competição entre eles. Como a sensibilidade é maior baseada na teoria de Keohane, a teoria de Marx (2009) demonstra que, com essa sensibilidade e a distribuição dos produtos em larga escala, cria-se a necessidade de se possuir um produto e, nesse sentido, o consumo aumenta em nível internacional (KEOHANE; NYE, 2000).

As relações entre os teóricos nesse estudo partem de uma posição mais crítica frente a globalização e, nesse aspecto, demonstram como se dá essa aproximação entre países. As teorias utilizadas foram as globalistas/imperialistas, Keohane e Nye, e alguns teóricos críticos, como Marx e Lênin, e o geógrafo Milton Santos. A título de análise, será utilizado no estudo de caso desse trabalho Milton Santos que consegue demonstrar toda a questão de produção e o meio técnico-científico, perspectiva que pode trazer alusões mais precisas quando se trata da relação entre Brasil e China. Para abordar outros tópicos do capítulo 3, serão utilizadas as perspectivas de Hobson, crítico ao imperialismo, Wood, autora globalista, e Keohane e Nye, que trazem perspectiva neoliberalista.

2. A EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA CHINA

Este capítulo será reservado para o debate a respeito dos aspectos da história recente da China e apresentará elementos fundamentais da trajetória de crescimento econômico do País, como as Zonas de Livre Comércio (ZEEs). Além desses aspectos, serão abordados os mandatos de Deng Xiaoping, relacionando-o com o atual presidente da China, Xi Jinping, uma vez que ambos os mandatos

possuem diretrizes econômicas análogas. Deng Xiaoping, cujo mandato foi de 1978 a 1992, foi o responsável por atrair investimentos internacionais para a China, e Xi Jinping, que assumiu o mandato em 2013, é responsável pela internacionalização das empresas chinesas em várias partes do mundo. Ainda neste capítulo, será elucidado o sistema de mandato chinês, aspecto importante também para se entender a força do governo atual, seguido das principais demandas do presidente Xi Jinping.

2.1 China e o seu Sistema de Mandatos

O cargo de Presidente da República Popular da China é um título formal que tem cunho basicamente cerimonial. Esta função é executada de maneira que parte do seu papel tem que estar pajeado sob o consentimento do Politburo, isto é, o Congresso Nacional do Povo, o organismo governamental mais significativo e poderoso do legislativo. Nesse sentido, o Presidente chinês não possui poder significativo de governar o país com suas diretrizes a não ser que este faça parte do Politburo (MORETZ-SOHN, 2014).

Em 1980, o Politburo era composto por 20 oficiais do Partido Comunista Chinês (PCCh) e dois suplentes. O núcleo interno era o Comitê Permanente, que até hoje possui muito poder. Os principais líderes e tomadores de decisão da China estavam e estão neste seleto grupo. De 1978 a 1989, existiam sete membros no Comitê Permanente. Em outros momentos, esse número variou entre 7 a 9 membros, de acordo com a decisão interna dos membros permanentes do Politburo. Os membros do Congresso Nacional são possíveis candidatos a serem membros permanentes do Comitê (VOGEL, 2011).

A estrutura que rege a China é um modelo verticalmente hierarquizado. O padrão que determina as diretrizes desse país é, na verdade, um complexo de sobreposições bastante difuso. Portanto, frequentemente à medida que por lei deveriam ser seguidas, visto a importância da constituição e o seu peso frente ao país, são substituídas pelo comodismo das regras do cotidiano da vida política chinesa. Vários atores influenciam na governança da China. Apesar do predomínio e força do PCCh, é difícil entender qual é a atuação de cada indivíduo devido aos

costumes e tradições que frequentemente tomam o espaço da legalidade (MORETZ-SOHN, 2014).

Por isso, para que se entenda a maneira que as empresas chinesas iniciaram o processo de internacionalização, é muito importante que se compreenda a estrutura doméstica e o sistema de sobreposições existentes no país. As particularidades que se encontram na atual Constituição de 1982 não se adequam a prática exercida na tomada de decisão do dia a dia da vida política chinesa. O Partido Comunista, apesar de guiar boa parte das principais decisões do governo, não é mencionado na Constituição do país, o que demonstra os dilemas entre a vida política, baseada na legislação chinesa e a realidade costumeira chinesa.

Na prática, o Partido Comunista Chinês é o responsável por eleger os membros dos comitês, o Presidente da República e os membros do Comitê Central, Comissão Central de Inspeção Disciplinar, o Secretariado Geral, os membros do Politburo e do Secretariado, além de deter o papel de deliberar e outorgar as emendas nas pautas que têm maior peso, no que tange os assuntos governamentais (MORETZ-SOHN, 2014).

No decorrer do tempo, as composições dos funcionários do governo chinês sofreram algumas transformações, como a considerável mudança na conquista de um cargo político, independentemente do nível de hierarquia. Contudo, o caminho a ser percorrido é longo e bastante concorrido. Dessa maneira, a concorrência política iniciou com muita força, no que tange às primeiras instâncias da hierarquia, como aldeias e distritos urbanos. Nesse sentido, os candidatos são avaliados pela sua qualidade no cargo em que ocupa e o Partido Comunista da China apresenta publicações, baseando-se em relatórios de desempenho dos candidatos (LAMPTON, 2014).

No que tange a elite política, existe a concorrência para ser um membro do Comitê Permanente, do Politburo e do Comitê Central, e, nesse sentido, o trabalho para ter um melhor desempenho é ainda maior que hierarquias mais baixas. Todas essas novas reformas feitas por Deng precisam de uma política direcionada e

conjunta das instituições legais, judiciais, regulatórias e de auditoria, pois tais órgãos direcionarão a política chinesa nas próximas décadas e são necessárias reformas políticas para o crescimento, uma vez que sem elas o país não avança e não faz as alterações necessárias em prol do desenvolvimento (LAMPTON, 2014).

Como apresentado acima, é notório o poder que o PCCh possui em relação às diretrizes que o país se guia e, na escolha dos principais líderes da China, não é diferente. Levando em conta a constituição chinesa, o órgão considerado mais importante é o Parlamento (Congresso Nacional do Povo), porém, na prática, o poder se concentra em um grupo de sete ou nove pessoas que fazem parte do Comitê Permanente do Politburo do Partido Comunista, que dividem cargos entre si, fazendo com que muitas vezes a mesma pessoa detenha dois ou mais cargos acumulados (MORETZ-SOHN, 2014).

“Em regra, o sistema político chinês conta com as instituições do partido e as do governo, que possuem um fluxo operacional similar e estrutura relativamente espelhada. Ambas contam com um grande congresso, que se reúne esporadicamente, e que, na teoria é a mais importante instância decisória; um comitê intermediário, que se reúne com mais frequência, e um Petit comitê, composto pelas lideranças mais importantes da China, e, de fato, o principal grupo tomador de decisões” (MORETZ-SOHN, 2014, p.4).

O atual Presidente Xi Jinping, além de possuir o cargo de Presidente de Estado, ocupa ainda os cargos de Secretário Geral do Partido Comunista e Chefe da Comissão Central, fazendo-o ter um poder efetivo, já que o cargo de Presidente de Estado é restrito no que tange a autonomia. Ele executa grande parte de seu papel sobre o consentimento do Congresso Nacional do Povo, a legislatura nacional e não costuma tomar medidas executivas a seu próprio entendimento e vontade. Entretanto, Xi Jinping executa diversos títulos de governo, o que o faz determinar as diretrizes que o governo chinês irá seguir.

“As sucessões no topo da hierarquia não possuem um rito fixo, sofrendo influência do legado histórico da União Soviética, da filosofia confucionista e do passado imperial chinês, em que imperava o “rule of man” em vez da “rule of law”. Há indicações do presidente, discussões no partido e aprovações no Congresso Nacional do Povo. Desde as reformas iniciadas por Deng Xiaoping, em 1987, a China vem sofrendo crescente influência ocidental, modernizando algumas de suas instituições, inclusive o seu processo sucessório”. (MORETZ-SOHN, 2014, p.8).

Sendo assim, conforme os chineses se modernizam e se aproximam do modelo ocidental, suas instituições e o seu processo decisório sofrem grande influência. Por esse motivo, a globalização ocorre de maneira mais intensa e, por assim dizer, a interdependência do mundo para com a China e vice-versa.

2.2. Breve exposição da trajetória presidencial chinesa

As agendas políticas estão intimamente ligadas aos ciclos presidenciais na China. Dessa maneira, percebe-se que cada Presidente chinês trilhou uma linha bastante específica para qual o caminho a China deveria seguir rumo ao futuro. As cinco gerações de líderes do Partido Comunista são: Mao Tsé-Tung (1949 -1976), responsável pela Revolução Cultural e fundador da Partido Popular da China; Deng Xiaoping (1978-1989), responsável pela modernização econômica e reforma política; Jiang Zemin (1989-2003), responsável pelo desenvolvimento econômico e modernização; Hu Jintao (2003–2013), responsável pelo desenvolvimento científico e social; e Xi Jinping (2013-2023), atual presidente chinês, responsável pelo “China Dream” e rejuvenescimento nacional e reforma.

Mao Tsé-Tung, em 1970, precisou da ajuda de Deng Xiaoping, que já possuía grande credibilidade no gerenciamento público. Xiaoping foi um burocrata e tal atributo foi necessário para o estabelecimento da China como conhecemos hoje. Nesse sentido, Deng Xiaoping foi a solução encontrada por Mao Tsé-Tung para colocar a China no caminho do crescimento. Apesar de ter sido escolhido por Mao para realizar grandes transformações econômicas na China, Deng Xiaoping trabalhou bastante para dismantelar o culto forte que existia à figura do líder central do país (BARMÉ, 2014).

Xi Jinping, depois de ter assumido a cadeira de Secretário Geral do Partido Comunista, indicou sua premissa de governo denominada “China Dream”, que é diferente do dito “American Dream”, pois o China Dream pensa em uma política de governo que se trata mais de política no sentido econômico, militar, social em uma nação como um todo, e não de uma maneira individual como foi aplicado o sonho americano no Estados Unidos. A rapidez com que o atual presidente tomou o poder do país impressionou bastante a opinião pública da China e do mundo (BARMÉ, 2014).

O pai de Xi Jinping, Xi Zhongxun, foi um aliado importante no governo de

Deng Xiaoping. Ele foi o responsável pela liderança da primeira Zona Econômica Especial em, Shenzhen, que foi um mecanismo de abertura da economia na China. Sendo assim, iniciaram-se nas cidades litorâneas as chamadas ZEEs, por volta de 1980. Essas Zonas Especiais tinham como principais investidores os japoneses e os estadunidenses, que eram atraídos pelo baixo custo de mão de obra e o grande mercado chinês. Gradativamente, outras provinciais adquiriram Zonas Econômicas Especiais com leis próprias, se afastando da rigidez do comunismo da China. As principais Zonas Econômicas são: Shenzhen, Zhuhai, Shantou, Xiamen e de Hainan (BARMÉ, 2014).

2.3 Mao Tsé Tung e Deng Xiaoping - (Ciência, Educação e Desenvolvimento)

Este tópico será necessário para entender o início da trajetória de ascensão econômica da China e, nesse sentido, entender o desenvolvimento acelerado do país. Também será demonstrado brevemente a trajetória de Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping. Mao, uma figura carismática e responsável por tirar a China das mãos dos ingleses; e Deng, o principal idealizador do modelo econômico chinês, que fomentou a abertura das fronteiras para as instalações de empresas multinacionais em seu território, no estilo Joint Venture¹. Também será explicitado as políticas que Deng Xiaoping implementou para que a China se desenvolvesse de maneira autônoma.

Mao Tsé-Tung foi um político que instaurou como sistema de governo em 1949 o comunismo. Além disso, derrotou as forças estrangeiras que habitavam seu país e conseguiu unificar a China. Depois de realizar a Grande Marcha pelo interior, o partido conseguiu angariar seguidores e derrotar o partido do Kuomintang, expulsando-os para Taiwan. Acumulou poder militar durante toda a sua trajetória, fazendo com que tivesse maior apoio e aproximação com a população do campo. Aos poucos introduziu a indústria moderna, com auxílio da antiga União Soviética. Estabelecido à paz na China em 1956, Mao poderia ter encaminhado o país ao caminho do desenvolvimento, porém, ao invés disso, trouxe pobreza e escassez

¹ refere-se a um tipo de associação em que duas entidades se juntam para tirar proveito de alguma atividade, por um tempo limitado, sem que cada uma delas perca a identidade própria. IPEA, 2006. Ano 3. Edição 25 - 3/8/2006.

abrupta de alimentos, além de milhões de mortes pela má condição de vida que rodeava a China nesse período (VOGEL, 2011).

O gráfico a seguir demonstra a situação chinesa em 1980, evidenciando a participação inexpressiva da China no comércio global. Alguns países menores, como por exemplo a Itália (demonstrada no gráfico), conseguiam uma participação comercial mais significativa devido ao seu nível de globalização mais bem estabelecido que a dos chineses. Nesse sentido, os dados mostram o quanto a população era agrária e a expressiva falta de acesso à educação do povo, onde quase metade do total da população não havia completado o ensino básico. O gráfico também reflete o tamanho do desafio que o ex-presidente Deng Xiaoping encontrou ao governar naquela época a China, um país muito pobre e sem perspectiva. Por esses motivos que a maioria dos países no mundo não conseguiu prever o peso que os chineses teriam no cenário internacional atual, devido políticas de governo de Xiaoping (LAMPTON, 2014).

Abaixo, gráfico com a demonstração da situação chinesa em 1980:

Tabela 1 – China's Comparative Starting Point, 1980.

TABLE 1 CHINA'S COMPARATIVE STARTING POINT, 1980

	GDP (PPP), % of world	GDP per capita, PPP (constant 2005 \$)	Share of world trade (%)	Hospital beds (per 1,000 people)	Life expectancy (years)	Infant mortality rate (per 1,000 births)	Urban population (% of total)	Adult population with primary education (% of total)
China	2.0	524	0.9	2.2	66.0	46.1	19.6	54.6
India	2.3	895	0.6	0.8	55.1	103.2	23.1	28.4
Hong Kong	0.3	13,945	1.1	4.0	74.7	NA	91.5	72.0
Italy	4.1	18,837	4.4	9.6	73.9	14.1	66.6	84.1
Korea	0.8	5,544	1.0	1.7	65.8	17.0	56.7	86.0
Japan	7.8	17,570	6.3	13.7	76.1	7.4	59.6	89.4
USA	22.1	25,531	12.2	6.0	73.7	12.5	73.7	97.4

NOTE: Data for this table are all for 1980 and come from the World Bank's World Development Indicators (<http://data.worldbank.org/indicator>), except for education data, last column, which are taken from Barro-Lee Educational Attainment Data Set (2011), www.barrolee.com.

FONTE: LAMPTON, 2014, p.17.

Este gráfico demonstra como alguns países que não possuíam o tamanho do território chinês conseguiam ter êxito, no que tange a participação comercial, devido ao nível de globalização do país em questão.

Segundo Vogel (ano), Deng Xiaoping gostaria de levar ciência, tecnologia e gestão de sistemas para a China, além de também se interessar pelo o que existia de novidade no mundo. Independente de que parte do globo viria, ele tinha interesse em levar para China tecnologia e modernidade. Ele estava a par das novas tecnologias de países como Japão, Coreia do Sul e Hong Kong além da região administrativa Taiwan e a cidade estado Singapura. Contudo, a China não tinha como importar um sistema estrangeiro, pois possuía especificidades internas (como

o baixo desenvolvimento tecnológico) que não comportariam esses sistemas sem adequações à realidade chinesa. O governo chinês, então, tratou de manter boas relações com tais países tecnológicos para que as aspirações chinesas tivessem apoio no quesito desenvolvimento. Deng Xiaoping acreditava que toda a construção do sistema político chinês deveria ser construída de maneira gradual, para se aprender a prática de gestão e organizar os elementos necessários, e, por fim, para que esse sistema político fosse implementado de maneira satisfatória (VOGEL, 2011).

A revolução cultural ainda na época de Mao Tsé-Tug fez com a pesquisa científica ficasse paralisada, então, nesse sentido, Deng Xiaoping, se utiliza da expertise dos países desenvolvidos, não só o conhecimento tecnológico, mas também o gerenciamento para produzir pessoas capacitadas na economia e na política, para que a China recuperasse seu desenvolvimento adiado pelo retrocesso da revolução cultural:

“First of all we must recognize the huge gap between China and the rest of the world in the area of science and technology. We cannot fool anyone because you can't visit our country without seeing how backward we are. We can only fool ourselves by saying that we are not backward. —Deng Xiaoping, October 23, 1977”. (LAMPTON, 2014, p.13).

Lampton também acrescenta a preocupação de Deng Xiaoping com a educação. Em todas as suas conversas com representantes americanos, o líder chinês pressionava por assistência educacional dos EUA para com a China. Então, em 1978, Deng e Frank Press (presidente da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos) concordaram que fossem estudar, inicialmente, 50 alunos chineses nos Estados Unidos. Em 1984, esse número atingiu 14 mil alunos, e de 2011 a 2012, a China tinha um número de 157.558 alunos matriculados em faculdades, universidades e outras configurações educacionais norte-americanas. Deng imediatamente reabriu escolas e aplicou testes rigorosos para melhorar o nível acadêmico chinês. A expansão das universidades chinesas está crescendo desde então em um ritmo acelerado (LAMPTON, 2014).

2.4 O Desenvolvimento da China por Deng Xiaoping

Existe uma necessidade dos governantes chineses em definir uma “Era” que

determinará as diretrizes de seus respectivos governos. A Era de Deng Xiaoping se tratava de “Paz e Desenvolvimento”, contrastando com a era de Mao, que foi intitulada como “Guerra e Revolução”. Estabelecer uma direção ajuda a definir metas e prioridades, além de enviar uma mensagem ao mundo. Esse novo foco ajudou a estabelecer a situação de desenvolvimento em que a China se encontrava. Alguns eventos regionais também ajudaram na ascensão chinesa, como por exemplo: a saída dos EUA do Vietnã; Taiwan e sua fase relativamente aberta (sob o comando de Chiang Kai-shek²); a globalização do comércio e da fabricação ganhava força. As economias dinâmicas como Cingapura, Taiwan, Japão e Coreia do Sul buscavam oportunidades para o capital excedente e baixo custo de produção à medida que os custos do trabalho e da terra aumentavam. Tais fatores fizeram com que a China encontrasse um ambiente perfeito para atrair investimento em seu território e para o globo também foi vantajoso, visto que era necessário um país que disponibilizasse, em seu território, baixo custo de mão-de-obra para que à industrialização mundial não sofresse estagnação (LAMPTON, 2014).

A segunda estratégia adotada por Deng foi descrita por Lampton como o “Experimentalismo Pragmático”, que basicamente foi um conjunto específico de políticas de tentativa e erro em prol do crescimento econômico. Por meio dela, Deng permite que diferentes regiões e níveis de sistemas desenvolvessem respostas para o problema e em seguida permitiu que o sucesso fosse reproduzido em outras partes da China, muitas vezes encorajando a iniciativa local e recuando as iniciativas não se demonstravam satisfatórias. Deng Xiaoping acreditava que a China, por possuir extenso território, necessitava da descentralização da tomada de decisão. Por isso, deu maior poder às empresas. Em sua visão, as firmas deveriam encontrar o caminho do desenvolvimento naturalmente e do jeito certo. Apesar da liberdade oferecida, muitas vezes Deng precisava intervir quando a situação pedia. Ele queria um Estado forte, mas não acreditava ser necessária a intervenção social enérgica como na Era de Mao, ele se utilizava de incentivo material para manter a ordem (LAMPTON, 2014).

² Chiang Kai-shek foi um líder militar e político chinês que liderou o Kuomintang (Partido Nacionalista Chinês) por cinco décadas e foi chefe de estado do governo nacionalista chinês entre 1928 e 1949. Fonte: http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/chiang_kaishek.shtml.

A preocupação com o tamanho da população chinesa era alta, pois era temida uma eventual crise de abastecimento de comida mesmo que à produção fosse feita em larga escala. Cada ano que a população se expandisse, esse crescimento consumiria uma grande fração de ganhos. Deng Xiaoping, pensando em legitimidade política, rejeitou a noção de Mao Tsé-Tung de que quanto mais pessoas, melhor. Do pensamento de Deng, nasce a “política do filho único” no final da década de 70, considerado um símbolo de coerção no mundo, já que em alguns casos ocorreram esterilização forçada e aborto. Deng acreditava que se a qualidade de vida das pessoas aumentasse, o número de filhos também poderia aumentar. Muito trabalho teve que se fazer no campo para que os desejos das famílias de possuírem uma família numerosa fossem sanados (LAMPTON, 2014).

Com o afrouxamento das políticas sociais, intelectuais e econômicas promovidas por Deng Xiaoping, ficou difícil não pensar que o caminho da China era a democracia. Sendo assim, nos anos de 1978 e 1979, os críticos acreditavam que não haveria modernização econômica e social sem o surgimento da democracia, e nesse sentido surgiu um movimento chamado “Democracy Wall”³ que ameaçou o comunismo. Deng lutou em defesa do comunismo e repreendeu diversas vezes as manifestações que caminhavam para esse tema. Com o passar do tempo, as contradições se tornaram ainda maiores principalmente com a pluralização social e o empoderamento de subgrupos dentro da China. Como medida para conter essas manifestações, ele apostou no crescimento econômico e na estabilidade financeira da população (LAMPTON, 2014).

Para David Lampton, o comunismo na China se dividiu em duas fases. A primeira foi com a ascensão do poder de Mao Tsé-Tung ao partido comunista, marcada pela maneira extravagante de governar, caracterizada como o primeiro estágio do comunismo. Já o segundo estágio, marcado pela trajetória política de Deng Xiaoping que foi considerado por ele próprio a segunda Revolução Comunista, ocorreu em 1977 quando Deng assume a liderança do Partido Comunista após voltar do seu exílio. Deng Xiaoping demonstrou habilidade para governar, visto que,

³ “Em novembro e dezembro de 1978, impulsionados por sugestões de mudanças políticas, as pessoas começaram a colocar cartazes em lugares públicos expressando seus pontos de vista e contando seus sofrimentos durante a Revolução Cultural”.
Fonte: http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/in_depth/china_politics/key_people_events/html/7.stm .

de maneira rápida se tornou o líder supremo da China (LAMPTON, 2014).

Deng Xiaoping teve a oportunidade de viver 5 anos na França e um ano na União Soviética, onde entendeu como funcionava a indústria e o comércio de países modernos. Essa imersão em outras culturas o fez ter uma perspectiva de que um país comunista poderia ter modernização a exemplo da União Soviética. Na França, Deng Xiaoping teve a oportunidade de conhecer intelectuais que possuíam afinidade com o comunismo e nesse sentido influenciou sua maneira de pensar (VOGEL, 2011).

Apenas em meados de 1952 para 1966, Deng Xiaoping construiu um maior contato com o Mao Tsé-Tung e pôde considerar o relacionamento com países estrangeiros, além de se pensar em um desenvolvimento nas políticas chinesas para que fosse possível uma integração. Por meio desse contato com Mao foi que Deng se torna membro do Politburo e aos poucos inicia a sua carreira rumo a liderança do que viria a se tornar a potência econômica que é hoje.

"Above all, it was at the center of power in Beijing, from 1952 to 1966, that Deng had the opportunity to work closely with Mao to consider strategies for China's development and for dealing with foreign countries. Mao had identified Deng as one of his potential successors, and Deng had taken part in Politburo meetings and after 1956 in its Standing Committee, along with the other five highest-ranking officials in the country. Deng also became a central participant in the planning and creation of a socialist structure that featured agricultural collectivization and nationalization of industry, and played a central role in land reform in the Southwest. In 1959–1961, he had played a major part in guiding the adjustments to the socialist structure after the failures of the Great Leap Forward. In short, Deng in 1978 had half a century of experience in thinking about strategies used by China's top leaders in guiding the country" (VOGEL, 2011, p. 6).

Apesar de Deng Xiaoping manter o seu poder político, ele obteve algumas vantagens se comparado ao governo antecessor. Quando Deng chegou ao poder, Mao já havia unificado o poder governamental e já havia introduzido bases industriais. Além do mais, Deng Xiaoping teve como apoio alguns funcionários que haviam sido exilados no governo de Mao Tsé-Tung. Esses funcionários haviam notado que a mobilização da massa já não estava funcionando e, por isso, seguiram Deng Xiaoping rumo a modernização econômica. Além disso, contavam com uma geração mais qualificada em ciências modernas, tecnologia e administração. O líder chinês teve a ajuda de economias como Japão, Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong e

Singapura, que foram os exemplos de como se introduzir na cena internacional (VOGEL, 2011).

2.5 Deng Xiaoping e a Trajetória do Desenvolvimento da China

Depois que Mao Tsé-Tung nomeia Deng Xiaoping Chefe do PCCh, Deng viaja novamente a França, dessa vez como membro do governo chinês e observa a maneira que o capitalismo foi implementado em Paris. Depois dessa visita, o representante chinês planejou como seria a implementação do seu plano de governo, já que o impressionava o desenvolvimento daquele país (VOGEL, 2011).

O Governo da China em 1975 virou sua atenção para o desenvolvimento acelerado de países como Coreia do Sul e Hong Kong além da região da China Taiwan e cidade estado Singapura. Taís Estados se desenvolveram mais rápido que a União Soviética e alguns países da Europa oriental. Todos esses países tinham suas diretrizes baseadas em premissas capitalistas e a China ficou impressionada com tal crescimento econômico. Deng Xiaoping estava mais próximo de outros líderes mundiais por meios de suas viagens, e tinha mais noção do quão atrasado seu país estava e das melhorias fundamentais que a China precisava desenvolver (VOGEL, 2011).

Passados alguns anos após a morte de Mao, Deng Xiaoping consegue explicar melhor o seu plano de introduzir premissas capitalistas ao comunismo existente na China. Seu plano ousado de abertura de mercado e o aprendizado com empresas capitalistas não foi aceito de pronto pelos funcionários mais antigos, que insistiam em aderir ao sistema de Mao. Sabendo que sofria ainda oposição dentro do partido, Deng utiliza de diversos meios para levar seu plano em diante. Ele levou em conta os conselhos de alguns funcionários, como o de não pegar empréstimos estrangeiros. Devido à falta de mão de obra especializada que voltava ao país, ainda do período de Mao, Deng Xiaoping decidiu dar apoio material aos trabalhadores de acordo com o trabalho que cada um realizava e promoveu uma expansão de tecnologias estrangeiras (VOGEL, 2011).

A Comissão de planejamento de Estado e o Ministério do Comércio Exterior Chinês, em 1978, viajaram para Hong Kong para entender e avaliar o seu

desenvolvimento. Nesse sentido, em Guangdong, uma província violenta, onde os jovens fugiam para Hong Kong à procura de emprego, foi desenvolvida a Zona Especial Econômica (ZEE) em parceria com Hong Kong. Deng Xiaoping entendeu que se essa província fosse desenvolvida, como consequência, existiria o aumento de emprego e, por assim dizer, os jovens não precisariam fugir para outros lugares à procura de emprego (VOGEL, 2011).

Xi Zhongxun, pai do atual presidente da China Xi Jinping, foi crucial para o desenvolvimento das ZEE's. Ele foi importante para o crescimento econômico da província Guangdong, pois conseguiu ajuda de Pequim para trazer riqueza à província que beirava à miséria. Em 1979, Pequim deu sinal verde para que Zhongxun criasse propostas onde Guangdong recebesse investimento estrangeiro. A província de Fujian deveria ser contemplada com o mesmo status de Guangdong, porém Guangdong receberia a ajuda primeiro (VOGEL, 2011).

Lampton acrescentou que, para Mao Tsé-Tung, o comércio representava um alto risco de dependência para países como a China e que seria seguro apenas quando fosse autossustentável. Em contramão aos pensamentos de Mao, Deng Xiaoping, baseado em seu conhecimento pessoal, visto que já foi um estudante na Europa e observou as economias dos países perto da China, entendeu que o comércio era essencial para a riqueza e poder de uma nação. Acreditava que as trocas comerciais poderiam ser benéficas tanto para quem vende, quanto para quem compra, e se empenhou bastante para que esse tópico entrasse rapidamente na agenda chinesa desde o dia que retornou ao poder. Com isso, se articulou para que a China adentrasse nas pautas de exportações internacionais. Entretanto, os chineses não possuíam recursos energéticos suficientes para exportar e para que pudessem gerar dinheiro visando a compra de tecnologia. Houve um esforço dos chineses para receber investimentos estrangeiro direto (IED) e, com isso, foi investido capital para construir plataformas de fabricação favoráveis para exportações. Esse tipo de manobra deu início às famosas Zonas Econômicas Especiais (LAMPTON, 2014).

Na China, a cidade de Shekou, na província de Guangdong, tornou-se

pioneira ao receber investimento estrangeiro direto. Além disso, foi o lugar inicial no mundo onde as empresas poderiam ser comandadas à distância. Yuan Geng foi o primeiro investidor a abrir sua empresa e investir na província. Seu negócio tinha como premissa destruir navios chineses antigos e vender a sucata para Hong Kong (VOGEL, 2011).

Xi Zhongxun precisava de mais autonomia para atrair investimento estrangeiro, então pediu para Pequim. A capital concordou que o governo centralizou demais a condução das ZEEs e que isso poderia impedir o desenvolvimento da província. Sendo assim, Xi conseguiu sua autonomia necessária para atrair os investimentos para sua província (VOGEL, 2011).

Em 1979, Xi Zhongxun trouxe para Pequim suas propostas e propôs que todas as províncias deveriam implementar políticas que ajudassem Guangdong em suas políticas de atrair investimento externo:

“On April 17, 1979, Xi Zhongxun and his team of leaders from Guangdong brought their draft proposal to Beijing for a round of discussions with Deng Xiaoping and others before the final documents were drawn up. Xi and his colleagues, drawing on advice from Gu Mu, proposed that the entire province be allowed to implement a special policy that would give Guangdong the flexibility to adopt measures to attract foreign capital, technology, and management practices necessary to produce goods for export. China would supply the land, transport facilities, electricity, and labor needed by the factories, as well as the hotels, restaurants, housing, and other facilities needed by foreigners. Beyond the general effort to assist the provinces of Guangdong and Fujian, additional efforts, supported by the central government in Beijing, would be concentrated in three SEZs in Guangdong (Shenzhen across the border from Hong Kong, Zhuhai across the border from Macao, and Shantou [Swatow] on the northeast coast of the province) and one in Fujian (Xiamen [Amoy])” (VOGEL, 2011, p.398).

Deng Xiaoping teve uma visão ampla para as zonas de livre comércio (Guangdong e Fujian). Ele construiu duas metrópoles com centros industriais, comércio, agricultura e outras maneiras industriais fortes que caracterizou as duas zonas livres como uma área metropolitana forte e desenvolvida. A gestão moderna foi prevista na circular número 41 de 16 de maio de 1980 e, com isso, melhorou as empresas chinesas. As ZEEs eram reguladas pelo governo da China e pelo mercado também (VOGEL, 2011).

Em um movimento muito rápido, as Zonas Especiais em Guangdong e Fujian cresceram e suas exportações multiplicaram. Rapidamente foi possível vislumbrar o

crescimento dessas áreas apenas pela estética das províncias que se transformaram rapidamente. Foi possível ver o quão rápido as províncias haviam se desenvolvido. Arranha céus tomaram conta das cidades demonstrando uma China que estaria se tornando relevante no cenário internacional como uma economia forte (VOGEL, 2011).

Tanto Mao Zedong, quanto Deng Xiaoping foram responsáveis por grandes marcos na história da China. Mao, responsável por ser líder de um movimento ousado que marcou uma mudança abrupta de posicionamento ideológico e reformulou o que viria a ser uma força com bastante peso dentro do país. Por outro lado, Deng anunciou laços diplomáticos formais entre os Estados Unidos e a China, considerada uma estratégia ousada e atípica para o momento político chinês em questão, o que marcou uma nova postura dos chineses para com o mundo. Nessa etapa “Xiaoping”, houve transformações revolucionárias, visto que as mudanças consideradas dramáticas atingiram os dogmas políticos marxistas e maoístas na medida em que o governo se focava em um desempenho prático e econômico no âmbito governamental. Conforme a economia chinesa se orientava para lado de mercado, os funcionários do governo também sofriam alterações. Os funcionários com mais idade e camponeses davam lugar a jovialidade de uma juventude educada e preparada para lidar com a variedade de conhecimentos que uma sociedade cada vez mais globalizada precisa enfrentar (LAMPTON, 2014).

A seguir gráfico com as mudanças expressivas após as reformas políticas promovidas por Deng Xiaoping:

TABLE 2. COMPARATIVE INDICATORS OF CHINA'S CIRCUMSTANCES IN 2010

	GDP (PPP), % of world	GDP per capita, PPP (constant 2005 \$)	Share of world trade (%)	Hospital beds (per 1,000 people)	Life expectancy (years)	Infant mortality rate (per 1,000 births)	Urban population (% of total)	Adult population with primary education (% of total)
China	13.5	6,810	7.8	4.1	73.3	16.6	44.0	84.4
India	5.6	3,240	1.9	0.9	64.1	50.3	29.8	65.4
Hong Kong	0.4	41,871	2.6	NA	82.7	NA	100.0	85.7
Italy	2.4	26,713	3.3	3.7	81.4	3.4	68.2	93.1
Korea	2.0	27,027	2.5	12.3	80.3	4.5	81.7	96.1
Japan	5.8	30,920	4.0	13.8	82.9	2.4	66.6	95.9
USA	19.5	42,551	11.3	3.1	78.7	6.8	82.0	98.9

NOTE: Data for this table are for 2010 and come from the World Bank's World Development Indicators (<http://data.worldbank.org/indicator>), except for the education data, last column, which are taken from the Barro-Lee Educational Attainment Data Set (2011), www.barrolee.com.

FONTE: Lampton, 2014 p 29.

No gráfico acima, é notado como a qualidade de vida aumentou na China, trazendo dados consideráveis em prol do desenvolvimento chinês.

2.6 O Governo de Jiang Zemin

Em setembro de 1997, no quinto Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, em Pequim, foi marcado o fim do mandato de Deng Xiaoping e o início da era de Jiang Zemin. Zemin estava com o seu poder consolidado dentro do partido e por isso conseguiu se posicionar com as suas próprias diretrizes de reformas. Estas eram: reestruturação de empresas estatais; burocracia governamental; ênfase em temas como ciência e educação; estratégia para o desenvolvimento econômico e do Estado; e a consolidação da posição internacional da China. Sendo assim, as políticas internas produzidas por Jiang Zemin abrangem transformações que o ex-Presidente Deng Xiaoping negligenciou (TIEN; CHU, 2000).

Jiang Zemin reduziu a domínio estatal sobre 300 mil indústrias da China e iniciou, em 1997, um plano de privatização. Ao final da década de 90, se aproximou dos EUA, buscando melhorar o relacionamento chinês com os estadunidenses e então, naquele mesmo ano, participou da primeira cúpula China-EUA e em uma reunião de acompanhamento, em 1998. Foi discutido nesses encontros o histórico chinês de direitos humanos. Jiang renunciou em 2002 ao cargo de Secretário Geral do PCCh e em 2003, tornou-se Presidente cumprindo dois mandatos. Entregou os dois cargos que ocupava para seu sucessor, Hu Jintao. Jiang manteve-se encarregado da Comissão Militar Central até a queda em favor de Hu em setembro de 2004 (BRITANNICA, 2017).

2.7 O Governo de Hu Jintao

O Governo de Hu Jintao foi marcado pela consolidação do grupo liderado pelo então Presidente Hu e o acirramento da disputa dentro do próprio partido. Além disso, promoveu uma agenda com forte caráter populista (CHENG LI, 2009). Apesar de possuir uma premissa principalmente doméstica (desigualdades sociais e a questão ambiental), que caminharam concomitantemente com o desenvolvimento chinês, a nova agenda propôs diretrizes a fim de impulsionar a política externa do país. Ao defender as ações de seus dez anos de governo, durante os quais a China passou do sexto ao segundo lugar na economia mundial, Hu Jintao repetiu várias vezes que o objetivo era eliminar a pobreza até 2020. Ele também incentivou as empresas chinesas a ultrapassarem as fronteiras do país e formarem multinacionais (LAZAROU, 2014).

Hu Jintao (EBC, 2012) enfatizou que "resolver corretamente as relações entre o governo e o mercado" é essencial para o sucesso das reformas econômicas. Quanto ao setor financeiro, ele reafirmou a vontade da China de liberalizar suas taxas de juros, que ainda são muito controladas pelo Banco Central, e acelerar o desenvolvimento de estabelecimentos financeiros privados. Baseava-se na premissa de "desenvolvimento pacífico" chinês, pois defende uma "política externa independente de paz". Dito por ele na sessão de abertura do 18º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCCh), em Pequim, "a China opõe-se ao hegemonismo em todas as suas formas e nunca procurará ser hegemônica ou expansionista"

(CRUZ, PRESIDENTE CHINÊS DEFENDE AMPLIAÇÃO DAS REFORMAS ECONÔMICAS, 2012). Todas essas afirmações demonstram o legado que o então Presidente da China Hu Jintao transfere para o atual Presidente Xi Jinping (EBC, 2012).

2.8 O Governo de Xi Jinping

Assim que Xi Jinping assumiu o Partido Comunista, demonstrou ter um plano bem estruturado sobre os rumos que a China seguiria a partir de seu comando. Para Xi, seu governo seria marcado pelo aprofundamento das reformas já em andamento. Seu propósito é o de desenvolver o país, em um estágio de crescimento de maneira mais aprofundada. Em suas propostas, Xi Jinping foi além da parte econômica e demonstrou interesse em mudar a governança do país e aumentar o protagonismo chinês nas instituições internacionais (MEN; TSANG, 2015).

O atual presidente possui poder suficiente para realizar transformações no país e as suas reformas atuais são consideradas um novo capítulo desde as reformas produzidas pelo primeiro líder do Partido Comunista, Mao Tsé-Tung. As políticas incentivadas por Xi Jinping serão em prol do rejuvenescimento nacional, pois a população chinesa está envelhecendo. Uma política nesse sentido se tornou importante para o crescimento econômico da China (MEN; TSANG, 2015).

Tal força para mudança se deve ao fato de que Xi Jinping recebeu o título de “líder central”, o que o coloca em um mesmo patamar que os ex-Presidentes Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping. Xi estará ao centro do comando enquanto os membros do partido devem estreitar as relações com o comitê, como demonstra o documento oficial. Para Deng Xiaoping, o criador do termo “líder supremo”, as ordens de quem for intitulada dessa maneira devem ser respeitadas prioritariamente (VALOR, 2017).

A China se tornou o polo industrial mundial e sua economia apresentou níveis cada vez maiores de desenvolvimento. Entretanto, no governo de Hu Jintao, o antecessor de Xi Jinping, a China havia estagnado. Para que fosse possível mudanças significativas, seria necessário um sucessor que trouxesse um novo ímpeto de renovação e uma visão de reformas cruciais para o país voltar ao rumo do

desenvolvimento. Então, Xi Jinping apresenta o conceito de "China Dream". Dentro deste conceito existia as principais ambições que ele tinha em mente para o país. Xi Jinping está enfrentando dificuldade interna e externa baseado nos novos desafios internacionais. Seu objetivo final é transformar as políticas do "China Dream" em realidade, isso significa aumentar o crescimento econômico e social e se colocar em uma posição de superpotência (MEN; TSANG, 2015).

Como parte da estratégia do "China Dream" de Xi Jinping, Pequim criou um fundo de 36 bilhões de euros voltado para a concessão do projeto que dará origem a chamada nova Rota da Seda. Desde 2014, empresas chinesas firmaram contratos com o governo chinês no valor de 279 bilhões de dólares. Com a rota da seda no dia a dia dos chineses, é previsto que as cidades se transformem em centros logísticos de transporte. Na cidade de Xian, na província de Shaanxi, haverá uma zona livre de comércio e desenvolvimento tecnológico. O plano do governo chinês é o de desenvolver as províncias do Oeste que são consideradas as mais pobres, além de criar novos mercados na Ásia Central. Também possuem a intenção de aproveitar sua capacidade produtiva em outros mercados, visto que na China o mercado está saturado. A nova rota da seda da China também é importante para a consolidação do "China Dream" de Xi Jinping e, nesse sentido, ter a mesma influência na Ásia que os EUA têm no Ocidente, aumentando a importância da China no cenário internacional (EL PAÍS, 2017).

A China está em constante mudança. Antes era reconhecida por ser uma potência regional e agora está em busca de se tornar uma superpotência, visto que, a China é uma *global power*. Neste sentido, é notório que as potências internacionais percebam esse crescimento e, a partir disso, desenvolvam suas estratégias internacionais, demonstrando a complexidade do sistema internacional. Os chineses não pretendem parar com o progresso e o desenvolvimento econômico e social, o que é perceptível, já que, nos últimos 30 anos, promoveram reformas econômicas profundas em termos de desenvolvimento e melhorias para o país (MEN; TSANG, 2015).

Apesar da desconfiança iminente de outros países para com a China, os

chineses demonstram preocupação em fazer parceiros comerciais e melhorar sua relação com superpotências e países vizinhos. O país possui 130 parceiros comerciais e, por conta da crise econômica de 2008, que afetou boa parte do mundo, a China aproveita para fazer colaborações benéficas em diversas áreas. Neste momento, os chineses fazem melhorias de infraestrutura, na capacidade industrial interna e em outros setores através de investimento externo (MEN; TSANG, 2015). A China, por ter um elevado crescimento anual, possui grandes reservas de dinheiro, em um momento que grandes potências mundiais estão se reerguendo e por isso não podem custear investimentos maiores.

Xi Jinping visa aperfeiçoar a capacidade chinesa de crescimento, baseado em estratégias, visto que é a segunda maior economia do mundo e isso a faz ter margem para refazer seus objetivos, sempre que for preciso. A liderança de Xi possui um plano de governo, onde sua principal meta é duplicar o tamanho do produto interno bruto (PIB) do país (per capita e nacional) em centros urbanos e rurais. Baseado nesse propósito, o Partido Comunista da China trabalha para que esse projeto seja um consenso na China e possibilite o país se tornar um Estado com poder político, socialista-democrático e harmonioso (MEN; TSANG, 2015).

Apesar das várias reformas nos governos anteriores não ter sido bem-sucedidas, existem lacunas internas que Xi Jinping haverá de lidar, pois tais reformas produziram algumas contradições que afetam a China de maneira profunda. Xi reconhece o trabalho que ele terá pela frente. Problemas como a grande disparidade de renda entre as cidades e as regiões rurais; à falta de clareza de como desenvolver o país e à impossibilidade da China em conseguir assumir mais responsabilidade internacional; e cumprir os desejos da comunidade internacional são alguns exemplos. Apesar dos desafios a serem enfrentados, o governo chinês consegue enxergar boa margem para oportunidades (MEN; TSANG, 2015). Xi Jinping possui uma visão moderna sobre como se deve guiar o governo da China, como retratado abaixo em dos seus discursos no Instituto de Relações Internacionais em Moscou:

“Xi in a speech delivered at the Institute for International Relations at Moscow on 23 March 2013: ‘we must march in sync with progress brought about by the age we live in, which means that in the 21st century we must not retain a mind-set of the past—mentally stay in the era of colonial

expansion, think the thoughts of the Cold War period or retain the zero-sum mentality" (XI, 273 apud MEN; TSANG, 2015, p. 5).

Xi Jinping planeja que o seu projeto intitulado "China Dream" seja concretizado em 2021, visto que será o centenário do partido. Xi planeja seus projetos em curto prazo, em oposição a liderança chinesa que planejam em longo prazo. Nesse sentido, Xi Jinping idealiza que as missões de reformas sejam implementadas com o prazo máximo de até 2020. Em outras palavras, isso significa que a sociedade chinesa deve ser ao menos moderadamente próspera até 2021, devido a sua estratégia política e o ano do centenário do partido (MEN; TSANG, 2015).

A corrupção é um assunto recorrente quando se trata de China, devido ao alto grau de corrupção existente no país. Sobre esse tópico em específico, Xi Jinping tem combatido em um nível aprofundado nunca visto antes. Essa mudança se deve ao compromisso em fortalecer as instituições políticas e, como consequência, as instituições tornarem-se mais eficazes e autônomas para investigar. Essa revisão foi feita no 18º Congresso do Partido Comunista. Após a instauração da campanha anticorrupção, houve maior eficácia no que tange a capacidade de governança no ambiente político chinês (MEN; TSANG, 2015).

A política anticorrupção de Xi Jinping tem se revelado a mais severa em décadas e é considerada uma ameaça aos interesses de membros mais velhos do Partido Comunista, como é o caso do ex-presidente Jiang Zemin, que aconselhou Xi a frear a campanha. Para Jiang, "o impacto dessa campanha anticorrupção não pode se espalhar demasiadamente". O ex-presidente Hu Jintao demonstrou reservas quanto à campanha em curso e aconselhou Xi Jinping a não ampliar demasiadamente. A campanha do presidente Xi é contra as mordomias oficiais e é um símbolo de seu governo. Ele prometeu enfrentar os altos funcionários do partido intitulados como "tigres". Empresas internacionais que comercializam artigos de luxo atribuem um declínio nas vendas de seus produtos na China, pois tais artigos eram também usados para subornar e presentear autoridades.

O alto funcionário da Liga da Juventude do Partido Comunista da China, Ling

Jihua, foi condenado à prisão perpétua por aceitar subornos no valor de 11 milhões de dólares. Ling havia sido uma promessa de ascensão ao Partido Comunista nos anos do mandato de seu protetor, Hu Jintao, com quem chegou a ocupar a direção do Departamento de Assuntos Gerais do Comitê Central do Partido Comunista. O caso do alto funcionário Ling Jihua é o reflexo da campanha anticorrupção promovida de maneira severa pelo atual governo de Xi Jinping.

3. O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO CHINÊS E O CASO BRASILEIRO

Este capítulo será reservado para demonstrar aspectos práticos da internacionalização de empresa da China, assim como os efeitos que tal prática tem sobre os chineses. Ainda será um local para debater como se consolidou esse processo e o fato recente da desestimulação de créditos aos grandes conglomerados do país. A fim de retratar a internacionalização, será utilizado o Brasil como caso prático desse processo, um país que ainda está sentindo os efeitos da China no caso do IDE. Serão colocados prós e contras sobre a união sino-brasileira sob a perspectiva do geógrafo Milton Santos. Para fim de análises dos outros tópicos, serão utilizados teóricos como Wood, Hobson, Keohane e Nye.

3.1 O Processo de Internacionalização Chinês

Para Acioly, Alves e Leão (2009) o processo de internacionalização chinês passa por algumas perspectivas que acabaram por se tornar tendências na logística chinesa. O primeiro aspecto observado foi que as corporações se utilizam de força de trabalho chinesa, levando a mão de obra até o país em questão. O segundo aspecto diz respeito ao faturamento dessas empresas, que em sua maioria provindas do exterior. O último ponto fala sobre as atividades setoriais predominantes, que são os segmentos de infraestrutura e de petróleo. Tal recorte setorial de infraestrutura e energia, na visão de Acioly, corrobora com a estratégia chinesa de desenvolvimento de sua economia, refletindo o posicionamento estratégico que os chineses aspiram se inserir, no que tange o cenário internacional, principalmente o segmento de energia, que é de vital importância para o desenvolvimento do país para que os chineses continuem o seu ritmo acelerado de

crescimento sustentável.

Quando se trata do aspecto da mão de obra chinesa, que na grande maioria são utilizadas por grandes conglomerados em países que não a China, é perceptível a proteção existente do interno sob o internacional. Grande parte dos lucros volta ao seu país de origem, movimento que aos poucos está sendo modificado, porém ainda existe uma presença chinesa de mão de obra em países receptores do IDE chinês.

Dentro do território chinês existe uma escassez de recursos naturais. Portanto, os investimentos nessa área se tornam uma fonte importante para alavancar o plano da China de crescimento acelerado. Recentemente, os investimentos chineses foram para uma lógica bastante agressiva em recursos naturais, onde grandes empresas estatais foram responsáveis por liderar a busca por recursos naturais. Tal política é chamada de “resource seeking”. Abaixo, tabela com alguns dos principais investimentos chineses em recurso natural no ano de 2007 e o destino desses recursos (ACIOLY; ALVES; LEÃO 2009).

Imagem 1 – Exemplos de IDE chinês em recursos naturais:

Box 1: Exemplos de IDE chinês em recursos naturais

- A *China National Petroleum Corporation (CNPC)*, *China Petroleum & Chemical Corporation (SINOPEC)*, *China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)* e outras empresas chinesas investiram em 139 projetos em 30 países com mais de US\$7 bilhões.

- A *China Minmetals Corporation (CMC)* comprou 25% da *Chili GABY Copper Mine*. O investimento inicial foi de US\$550 milhões e poderá chegar a US\$2 bilhões. A CMC investe em ferro no Brasil e em urânio na Austrália.

- No início da década de 90 a *China's Capital Steel Corporation* comprou 98.4% da *Peru's Iron Ore Corporation*. A *Bao Steel Corporation* firmou cooperação com a Vale do Rio Doce do Brasil em 2001, e com a Australiana *Hamersley Iron Ore Co. Ltd* (subsidiária da Rio Tinto) in 2002. A *Wu Steel*, *Tang Steel*, *Ma Steel* e *Sha Steel* firmaram uma *joint venture* com a *Australia's Brokenhill-Biliton Corp*. O objetivo desses investimentos foi garantir o suprimento de minério de ferro. As siderúrgicas chinesas produziram 400 milhões de toneladas de aço em 2006, mais de 30% do consumo mundial.

Fonte: Yang e Teng (2007)

FONTE: ACIOLY; ALVES; LEÃO, 2009, p.7

Para Wood (2003), é vivenciado um período em que o imperialismo é repaginado para um “império do capital moderno” e as relações se fortificam através

do Comércio. Nesse sentido, a lógica de imperialismo, antes imaginada como aspecto do domínio militar, se configura em uma espécie de novo “imperialismo”.

A política agressiva chinesa de busca de recursos naturais para seu crescimento e as suas formas de internacionalização de suas empresas representam uma nova maneira de imperialismo, pois possui uma abordagem mais branda e, acima de tudo, estratégica para com outros países.

Na tabela anterior, é interessante observar que muitos desses recursos de investimento externo chinês, vieram para o Brasil em áreas cruciais para o desenvolvimento da China, demonstrando a preponderância brasileira no que tange recursos naturais. As principais maneiras de entrada de capital chinês nos países de destino do investimento direto externo são por meio de joint-ventures (assim como na época das ZEEs de Deng Xiaoping), e recentemente foi observada uma maior participação de empresas chinesas adentrando diversos países por meio de fusões e aquisições, o que demonstra ser um meio de conquistar novos mercados. Para Falcão e Ferreira (2017), as economias emergentes buscam a internacionalização como uma maneira de conseguir novos mercados. Portanto, faz parte da estratégia encontrar recursos que poderão ser importantes para o seu desenvolvimento econômico. A busca se dá principalmente quando o mercado interno do país em questão não é atrativo, e, por isso, a busca por novos mercados se torna crucial para o crescimento.

No cenário de crise de 2008, foi notória a busca de novos mercados, principalmente na América Latina e África, visto que a China precisava de mercados que suprissem a sua capacidade ociosa de produtos de valor agregado. Países europeus e os EUA estavam abalados financeiramente, enquanto que a Coreia do Sul e Taiwan produziam produtos de alto valor agregado, o que dificultava a entrada dos chineses. Demonstra-se, portanto, a procura da China por novos mercados para comercializar de maneira imperialista e demonstrando sua estratégia estruturada para este fim.

Wood (2003) lembra que, apesar da nova conjuntura internacional especificada por ela, o “império do capital” necessita de toda a rede global de

Estados soberanos, pois é fundamental para angariar novos mercados e, por assim dizer, capital. Para que os chineses continuem seu crescimento, eles necessariamente precisam dos Estados para conseguir tal feito, principalmente, como ressaltado por Falcão e Ferreira (2017), quando o seu próprio mercado não demonstra ser interessante para investimentos. Vale ressaltar a importação da rede para essa nova maneira de imperialismo tratada por Wood.

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, após 15 anos de negociações, foi um importante fato para abertura comercial chinesa, onde a posição da China como membro da OMC permitiu o acesso do país a novos mercados e também maior integração para com o globo, no que tange as instituições.

Falcão e Ferreira (2017) acreditam que, com a transformação no modelo de internacionalização de empresas dos chineses, a entrada de investimento, antes por meio de Joint Venture, hoje é construída de maneira mais sutil graças à entrada da China na OMC, que propiciou participação comercial em diversos mercados. Aos poucos, os chineses passam a ser um importante ator no cenário mundial e consolidam sua estratégia “Going Global”, responsável por incentivar as empresas chinesas a se internacionalizarem a fim de também internacionalizar o seu capital e sua moeda, visto que o governo da China permite que os países vizinhos utilizem a moeda chinesa para comércio regional (CUNHA e ACIOLY, 2005 apud FALCÃO; FERREIRA 2017 p.355).

É possível entender, sob a ótica de Wood, como as relações entre os Estados estão se modernizando de maneira mais pacífica, buscando uma estratégia comercial para seu próprio benefício. Dessa maneira, a ascensão chinesa no cenário internacional reconfigura o *status quo* do sistema internacional e um modelo baseado na busca de poder econômico é traçado, visto que os mecanismos utilizados pelos chineses demonstram uma perspectiva imperialista, porém com novos elementos e muitas vezes de maneira mais sutil.

3.2 O Desenvolvimento Chinês

Para Machado e Garritano (2017), desde 1980 os chineses demonstram um desenvolvimento significativo e tal crescimento esteve sempre ligado a demandas externas, principal vetor da economia chinesa na opinião dos autores. A atuação chinesa, no que tange às demandas de exportação, é uma progressiva participação do PIB baseado em exportações. Contudo, na economia chinesa, as exportações não são consideradas a principal fonte econômica, como notada abaixo:

“Entretanto, conforme é possível notar, as exportações, ainda que significativas, não representam percentualmente um valor maior que as exportações noutros locais do mundo, como da União Europeia. A participação das exportações no PIB da China é menor do que a média mundial, representando pouco mais de 20% do PIB em 2015. Isso indica que, apesar de significativa, a demanda externa não aparenta ser o único motor para os altos níveis de crescimento do país. Esta conclusão ganha ainda mais expressividade quando analisada em conjunto com as importações. O saldo comercial, resultado da diferença entre exportações e importações do país, representou menos que 4% do PIB da China em 2015, nível quase idêntico ao da União Europeia, conforme exposto na figura 7, a seguir:” (MACHADO e GARRIDO 2017 p. 97).

Gráfico 1 – Saldo comercial como porcentagem

ISSN 1806-9029

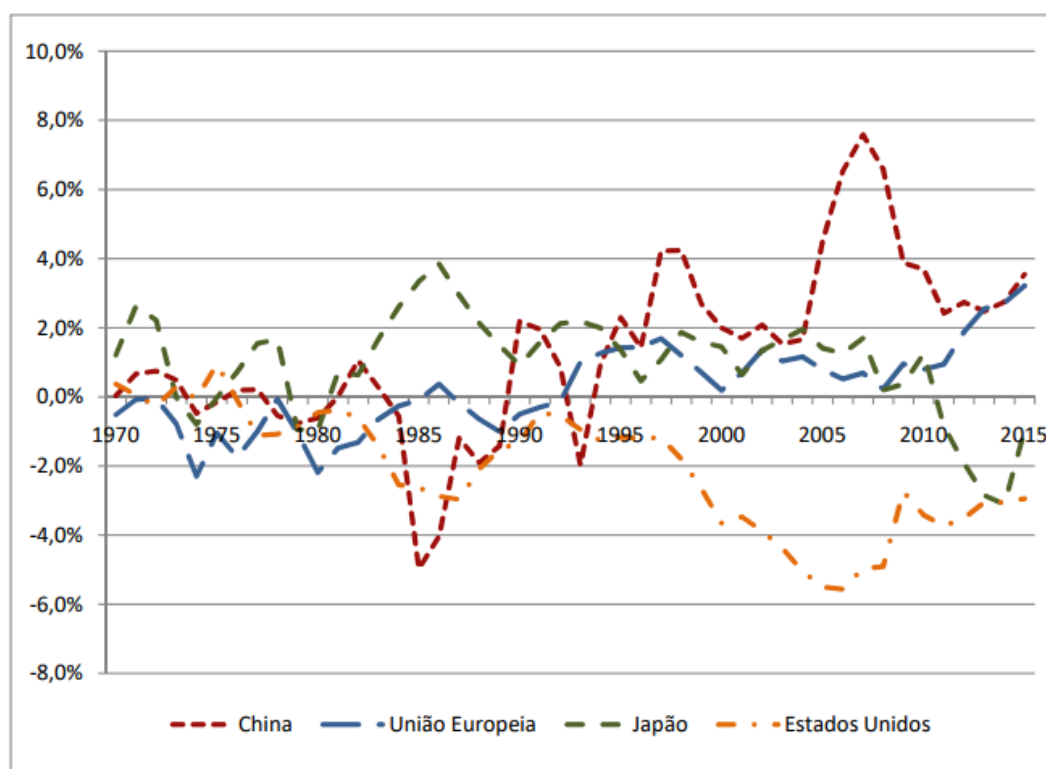


Figura 7: Saldo comercial como porcentagem do PIB

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

FONTE: MACHADO e GARRITANO 2017 p. 98.

Machado e Garritano (2017), baseados nos componentes econômicos chineses, buscam em suas análises voltar para as questões internas da China. Os itens que explicam tal fenômeno de crescimento chinês se traduzem na ampliação da participação em investimento do PIB, na contramão de outros países que desaceleraram ou fizeram preservação dos seus investimentos em participação do produto interno bruto. Tais investimentos considerados altos se deram para o fomento da indústria de manufatura da China. A fim de reduzir seus custos, países como EUA e países da Europa migraram suas fábricas para o território chinês. Contudo, os investimentos estrangeiros na China não são os únicos que possuem representatividade no PIB chinês. De acordo com Machado e Garritano 2017 apud Moraes, 2015, p. 250, “3,2% dos investimentos chineses são públicos desde os anos 2000”. Esse fato demonstra o papel que o Estado possui no crescimento chinês, visto que é um Estado que se planeja para atração de investimento estrangeiro, no que tange também o investimento Estatal.

Machado e Garritano (2017) listam os fatores do desenvolvimento acelerado chinês frente ao mundo. Para os autores, os fatores que serviram para o sucesso no desenvolvimento do país são a gestão chinesa do setor econômico e também em segmentos importantes, bem como o elevado índice de investimento atrelado a bem estruturada abertura econômica do país.

Os mesmos autores complementam e afirmam que o progresso que os chineses alcançaram internacionalmente, ao se inserirem no cenário mundial, foi de maneira diferenciada comparado a outros países. Os chineses não abriram sua economia no intuito de ser subordinado aos investidores, mas pelo contrário. A maneira que os chineses se internacionalizam é feita de maneira gradual e elaborada. Desde Deng Xiaoping, é notório o desenvolvimento gradual e a intensificação desse processo, principalmente após a entrada do país asiático na OMC, marco crucial para a conquista de novos mercados. As políticas chinesas, na opinião dos autores, demonstram sucesso, uma vez que nunca se viu um crescimento do PIB tão prolongado e considerável. Os produtos chineses estão cada vez mais diversificados e mais tecnológicos, ou seja, os produtos passam de baixo

valor agregado para bens de alto valor. O nível de pobreza está diminuindo da mesma maneira que a urbanização é crescente frente ao alto êxodo rural e, nesse sentido, aos poucos os chineses se tornam ator importante no cenário internacional.

O processo de diversificação dos produtos da China e aperfeiçoamento demonstram a capacidade dos chineses em se readequarem e se transformarem diante das adversidades. Tal aspecto é muito relevante, principalmente do ponto de vista cultural em os chineses se inserem.

De acordo com Hobson (1972), crítico ao imperialismo, é entendido que dentro da hierarquia internacional existe uma divisão do trabalho, divisão essa que dependerá da riqueza e influência política de cada país. Tal visão contrapõe o conceito das “vantagens comparativas” e benefício mútuo, no que tange o comércio internacional visto que a influência política na visão de Hobson é mais relevante. Conforme a influência chinesa aumenta no meio internacional, é notório o seu poder de influenciar o cenário político e se desenvolver em termos tecnológicos. O autor imagina que a divisão internacional do trabalho será dividida a partir de quem tem poder para influenciar políticas, e, neste sentido, os chineses demonstram que aos poucos estão influenciando política baseado na agenda que ela própria impõe.

3.3 A Desaceleração de créditos ao IDE Chinês

De acordo com Blikstad e Conti (2017), o governo chinês propiciou uma série de estímulos para que os grandes conglomerados pudessem investir em outros países. Foi utilizada uma política de crédito em sua grande maioria, porém o governo também se utilizou da injeção direta de recursos fiscais. Para que tal programa evoluísse de maneira rápida, o governo chinês afrouxou sua política monetária, fazendo com que ocorresse um rápido crescimento econômico em um curto prazo. Entretanto, o pacote de estímulos contribuiu para um panorama de desequilíbrios internos que já era de conhecimento dos agentes oficiais da economia chinesa. Portanto, a dependência no IED e das exportações como dinâmica frente às fontes chinesas teria que ser repensada.

Em 2007, o premiê, Wei Jiabao fez uma declaração para alta cúpula da China

sobre as inconstâncias do crescimento econômico chinês, já que, na opinião do premier, a China se desenvolvia de maneira “instável” e “descoordenada”. Em outras palavras, o sobreaquecimento do investimento e o excesso de crédito disponível para os conglomerados da China gerou instabilidade no desenvolvimento chinês. Quando Jiabao cita o fator de descoordenação, ele se refere falta de comunicação entre os setores da produção, do consumo e de investimento, trazendo preocupação para as autoridades do país (BLIKSTAD; CONTI 2017).

De acordo com a matéria de Barella (ano), da revista Exame, o Presidente chinês Xi Jinping está freando os incentivos a créditos para grandes conglomerados, visto que existe a possibilidade de não pagamento da dívida que pode resultar em risco à sustentabilidade econômica chinesa. Esse foi o caso do terceiro homem mais rico do mundo, o magnata chinês Wang Jianlin, que fazia altos investimentos na maior cadeia de shoppings do mundo (Dalian Wanda Group), com 187 espalhadas pelo mundo. Outro caso emblemático foi o do Wu Xiaohui, presidente do gigante setor de seguros, também dono do hotel Waldorf Astoria, ele foi afastado do seu posto depois de prestar esclarecimento ao grupo que fiscaliza a corrupção de maneira severa, a Comissão Central de Inspeção Disciplinar. Tal posição do governo frente a esses tipos de casos deixam os países ocidentais intrigados, uma vez que a política de internacionalização de empresas é uma das fortes diretrizes do governo de Jinping.

O Governo chinês demonstra sensibilidade em entender o contexto em que se encaixa. Sendo assim, diminuiu os incentivos para os grandes conglomerados chineses para que a economia do país não sofresse o impacto de uma crise com efeito internacional. O governo americano não demonstrou tal sensibilidade com a crise de 2008 ao não entender o contexto em que se encaixava e não fiscalizar ou recuar no momento em que pudesse diminuir os efeitos da crise.

Na visão de Blikstad e Conti (2017), a desaceleração da economia chinesa, além de esperada, é desejada, pois é necessário um ajuste para lidar com a fragilidade que o contexto da crise de 2008 trouxe para o cenário internacional, assim como a questão da expansão do crédito atrelada à redução da demanda da capacidade ociosa da indústria. Também é necessário se pensar em médio prazo, pois os investimentos que antes eram voltados para exportações líquidas estão aos

poucos voltados para o consumo. No que tange a indústria, percebe-se uma transição para o segmento de serviços, culminando em uma desaceleração inevitável.

Mesmo o presidente chinês Xi Jinping, em maio de 2014, concordou que o crescimento do país deveria sofrer um processo de desaceleração, sempre focando em uma sustentabilidade econômica. A capacidade ociosa chinesa também é um problema de curto prazo, visto que existe um desequilíbrio na dinâmica do PIB de oferta e demanda. É de extrema importância lidar com esses problemas para evitar crises e dinamizar a economia da China, por se tratar de um mundo cada vez mais globalizado, os desafios sentidos pelo país no que tange a capacidade ociosa, certamente afetará o globo como um todo (BLIKSTAD; CONTI 2017).

Para Blikstad e Conti (2017), no que tange aspectos internos da China, a queda na utilização da indústria associada a um grande endividamento das corporações não financeiras cria um cenário dificultoso para frear o crescimento de forma a evitar a recessão (*soft landing*). Na perspectiva internacional, o elevado grau de capacidade ociosa cria uma dúvida sobre a produção industrial e a continuidade dos investimentos em outros Estados. Sendo assim, como demonstrada na tabela a seguir, a demanda não acompanhou a produção, causando uma eclosão da crise internacional e, nesse sentido, aumentando à capacidade ociosa da indústria:

Tabela 3 – Capacidade total de produção (milhões de toneladas) e taxa de atualização (%) em indústrias selecionadas – China.

Tabela 4
Capacidade total de produção (milhões de toneladas) e taxa de utilização (%) em indústrias selecionadas – China

	2004	2008	2014	2004	2008	2014	2004	2009	2014
	Aço			Alumínio			Cimento		
Capacidade	304	644	1.140	8	18,1	38,1	1.400	1.870	3.100
taxa de utilização	92%	80%	71%	84%	78%	76%	79%	76%	73%
	Refino de petróleo			Vidro			Papel e papelão		
Capacidade	-	391	686	-	650	1.046	-	89	129
taxa de utilização	-	80%	66%	-	88%	79%	-	90%	84%

Obs: no caso do vidro, a unidade é a "weight case" = 50 kg.

Fonte: European Chamber (2009, 2016).

FONTE: BLIKSTAD; CONTI, 2017, p.15.

Na tabela, é possível identificar a capacidade ociosa das indústrias chinesas como refino de petróleo, vidro, papel e papelão, alumínio e cimento.

Em seu livro "Power and Interdependence", Keohane e Nye (1977) se referem ao conceito de interdependência. A interdependência por si só, representa a interação que um país tem para com o outro. Para Keohane e Nye, ainda existe a "interdependência complexa", que possui características específicas e políticas diferenciadas, pois o nível de sensibilidade e vulnerabilidade é maior, levando a complexidade que os autores mencionam. Quanto mais interdependente, maior é o contato estabelecido entre nações e tal interação gera uma competição em termos internacionais.

Os chineses precisaram frear seus investimentos em outros Estados, já que a oferta de crédito desenfreada poderia ocasionar um colapso no país, culminando em problemas profundos. A China em colapso certamente seria um grande problema para a comunidade internacional como um todo, já que a China é o único país que possui dinheiro para investimento de maneira volumosa, como vem acontecendo. Um desfalque na economia chinesa devido ao lugar central econômico que os chineses ocupam poderia desencadear uma crise escalar superior a crise 2008.

3.4 Internacionalização de empresas chinesas no caso brasileiro

O Brasil e a China possuem territórios extensos e de difícil gestão. Apesar

disso, os chineses não possuem recursos naturais na dimensão necessária para o seu desenvolvimento. Já o Brasil possui grandes reservas de recursos naturais, porém enfrenta dificuldades em proporcionar investimentos necessários para assegurar o crescimento de maneira eficiente. Na contramão, os chineses possuem recursos financeiros suficientes para financiar outros países. Esses dois países possuem sinergia nesse sentido, visto que os dois poderiam assegurar o desenvolvimento de ambos em uma parceria sino-brasileira, apesar de existir dificuldades em algumas questões, como, por exemplo, a competição existente em mercados importantes para os dois países (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016).

Em seu argumento, Blinkstad e Conti (2017) reiteram o “efeito-China”⁴ que todos os países conseguem sentir por já estarem conectados internacionalmente graças à globalização. Os chineses estão na pauta de todos os governos, bem como na de agentes privados, graças ao dinamismo da agenda econômica internacional. Tradicionalmente, os setores priorizados na pauta de investimentos chineses são principalmente aqueles relacionados a recursos naturais, energia e infraestrutura. Recentemente, contudo, nota-se a emergência de outro tipo de investimento, com um caráter voltado para mercados e lucro. No Brasil, o investimento focado em mercados e lucros ainda não é preponderante comparado aos investimentos no segmento de recursos naturais, energia e infraestrutura. Algumas empresas chinesas mantêm sua produção em território chinês e, dessa maneira, fazem apenas a junção das peças no país que foi destinado o investimento. Esse processo é responsável pela divisão do espaço global em blocos com padrões diferenciados entre si. Desse modo, para o Brasil, a fatia de investimento chinês é voltada para os recursos naturais e energia.

Os chineses possuem interesse em fazer investimentos no Brasil e na América Latina, sendo que os planos de IDE proveniente da China estão relacionados com a infraestrutura. Essa aplicação servirá para facilitar a logística voltada para o escoamento de produtos desses países, que prioritariamente

⁴ Efeito-China: Devido ao alto poder competitivo chinês é notado uma queda em outras economias devido a predominância chinesa no cenário internacional. Fonte: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20150824/efeito-china-afeta-mercados-brasil-mundo/292469>.

exportam matérias-primas agrícolas e minerais para a China. O Brasil é o principal parceiro comercial dos chineses de commodities de soja. Tal investimento terá efeitos favoráveis para o Brasil sobre a demanda agregada e aumentará a competitividade de seus produtos. Entretanto, o preço de tais investimentos para o Brasil é o enfraquecimento da soberania nacional sobre setores cruciais no que diz respeito à infraestrutura, além de deixar de ser a base para fabricação de produtos manufaturados na América Latina e dentro do seu próprio mercado. O Brasil pode acabar por não receber IDE da América Latina, uma vez que está perdendo esses espaços para os chineses. (BLIKSTAD; CONTI, 2017).

Desta forma, o Brasil precisa repensar aonde quer chegar, o IDE chinês na América Latina, precisa ser recebida de maneira estratégica e alinhada junto com as políticas públicas. Se realizada de maneira bem alinhada e planejada, os benefícios dessa aproximação poderão contribuir para a retomada do crescimento econômico no atual cenário de crise. A soberania nacional apenas será afetada se alguns desses pontos (estratégia e políticas públicas) forem negligenciados.

Para Blikstad e Conti (2017), no setor econômico, o interesse chinês no Brasil é abastecer seu país com commodities agrícolas e minérios brasileiros, acessando o mercado interno brasileiro para gradativamente vender produtos com alta tecnologia e valor agregado. Além disso, os chineses visam adquirir terras com riquezas naturais e empresas do setor de energia, bem como empresas que possuem potencial para comprar bens intermediários, e aperfeiçoar os modais brasileiros para escoamento das commodities. O autor acredita que o resultado da relação Brasil-China atualmente, no que diz respeito aos IDEs, tem a ver com o local que o Brasil se inseriu internacionalmente no que tange a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), baseado em suas políticas de governo, que especializou sua produção por consequência da vulnerabilidade externa. Os chineses, na visão dos autores, não devem ser responsabilizados pelas escolhas políticas brasileiras, já que o atual presidente brasileiro Michel Temer não defende política voltada a indústria brasileira e defende que o Brasil tenha que explorar seus recursos naturais.

O Brasil passa a se enquadrar cada vez mais como um país de exportação de commodities através de suas políticas internas. É interessante que um país tenha

diversificação em sua economia através da industrialização e outros meios, mas caso a diretriz futura do país seja commodities, é preciso pensar em uma rápida eficiência dos modais e, sendo assim, o melhoramento do escoamento desses produtos. No que tange a indústria brasileira, é necessário unir com a questão agrária para que a transformação recaia em outros setores fundamentais do desenvolvimento do país. O agronegócio precisa estar unido com a tecnologia e inovação para se criar um ambiente versátil e se conseguir ampliar a produção de maneira sustentável.

De acordo com Cunha, Lélis e Bichara (2012), desde que Deng Xiaoping promoveu uma série de estratégia a fim de abrir a economia chinesa, a possibilidade de vir a se tornar uma influência global aumentou significativamente. Em 2011, o PIB chinês já contribuía com mais de 10% do comércio global e 15% do PIB mundial, medido de acordo com a paridade de compra mundial. Também se tornou um importante ator no que tange os mercados financeiros, retendo mais de US\$ 3 trilhões de reservas internacionais e US\$ 300 bilhões em IDE, tornando-se o segundo maior credor líquido do mundo. Sobre os laços dos chineses com a América Latina, depois da crise de 2008, a influência chinesa na região ganhou força com o comércio de mercadorias e o IDE. Da parte da América Latina para com os chineses, a demanda por commodities se torna crescente, pois é uma fonte de dinamismo para Estados com grande quantidade de recursos naturais em seus territórios.

Além disso, os autores expõem que, ainda que a desaceleração do crescimento econômico seja iminente, o aumento do consumo interno da China e os novos investimentos nos países da América Latina podem vir a se tornar o grande impulsionador do crescimento mundial. Os chineses direcionaram suas exportações para mercados que ainda estão se desenvolvendo e que mantêm o dinamismo econômico. Esse tipo de economia causa uma competitividade extrema para os produtos locais, fazendo com que o “efeito-China” seja percebido como uma ameaça para países como o Brasil, que possuem um setor manufatureiro importante e diversificado na América Latina. Os resultados do “efeito China” dependerão principalmente de como os países da América Latina irão reagir à presença da China na região, visto que cada país responderá conforme seus próprios aspectos internos.

Caso essas relações tenham aspectos de passividade por parte dos países que receberam os investimentos, é provável que os chineses façam imposição de mercado para com esses países, graças à “maldição” dos recursos naturais mencionada pelos autores.

O Brasil possui vários desafios frente aos investimentos chineses no país. O principal é conseguir estimular potencialmente o avanço da China, no que se refere ao aumento das demandas por minério e energia. Além de lidar com a concorrência de mercados internos e terceiros mercados, é necessário que o Brasil esteja preparado por meio de políticas públicas para garantir que a competitividade do país seja alta. O Brasil está inserido no quadro mais geral de transformação da ordem econômica e política internacional, visto que na crise de 2008 foi potencializada essa inserção para com os chineses. Peritos chineses da academia sustentam que o reposicionamento da China será de forma pacífica e benéfica à comunidade internacional, supondo que o cenário internacional será criado por uma maior distribuição de responsabilidades (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012).

É difícil mensurar como a ascensão chinesa se dará na América Latina. Apesar de, em seus discursos, demonstrarem que a aproximação na América Latina será de maneira benéfica, o peso das fábricas de manufaturado no Brasil trouxe grandes custos à empresas nacionais. O setor têxtil sentiu um grande déficit graças aos produtos chineses com maior competitividade.

De acordo com Cunha, Lélis e Bichara (2012), a China busca mercados mundiais para posteriormente crescer em seu mercado. Regiões com maior capacidade de absorver esses investimentos como os países da América do Sul e a África serão os maiores beneficiários desses investimentos. Os chineses precisam melhorar seus produtos no sentido de maior tecnologia, visto que países vizinhos a China, como o Japão, Coreia do Sul e a região de Taiwan com maior tecnologia são concorrentes em vários segmentos dessas economias.

Ainda de acordo com os autores, o Brasil deveria fazer uma reforma interna intensa para que não sofra com o relacionamento que possui com os chineses, pensando em políticas macroeconômicas que preservaria a renda dos brasileiros e

em uma política social que mitigaria as disparidades existentes dentro do país, além de ações voltadas ao investimento em capital humano. Ademais, retomar políticas direcionadas para a indústria, a fim de elevar o nível de competitividade industrial brasileira, e pensar em políticas voltadas para sanar o problema de infraestrutura existente seriam outras medidas interessantes. Por fim, preservar as riquezas naturais e toda a diversidade fauna e flora que caracterizam o Estado brasileiro seriam ações necessárias para viabilizar todo o processo de reformas. Os autores reconhecem que é uma agenda complexa e que muito pouco ainda foi feito.

O maior desafio do Brasil com essa entrada de investimento direto, portanto, será balancear os aspectos econômicos com os aspectos ambientais. É preciso pensar como serão explorados todos os recursos de maneira sustentável, visto que o Brasil representa um importante símbolo no cenário internacional quando o assunto é o meio ambiente. É uma missão difícil conciliar um tema tão importante na agenda internacional com a questão econômica.

Para Lacerda (2017), o Brasil aos poucos retomou sua antiga posição de “fazenda do mundo” e isso se deve ao fato da grande industrialização dos chineses nos anos 2000. Foi então que os brasileiros obtiveram uma vantagem comparativa em produzir commodities e se tornou bastante competitivo neste sentido. O autor cita Rubens Sawaya (2006) para demonstrar que o Brasil se utiliza dos produtos agrícolas por estratégia, pois precisa continuar ativo internacionalmente mesmo que continue dependente do mercado global. Entretanto, na visão de Rubens, esse processo é, na verdade, um claro processo de desindustrialização não benéfico para o país. Sendo assim, o Brasil se distancia cada vez da realidade de produzir tecnologia quando se importa produtos tecnológicos e, na contramão, exporta produtos agrícolas (LACERDA, 2017).

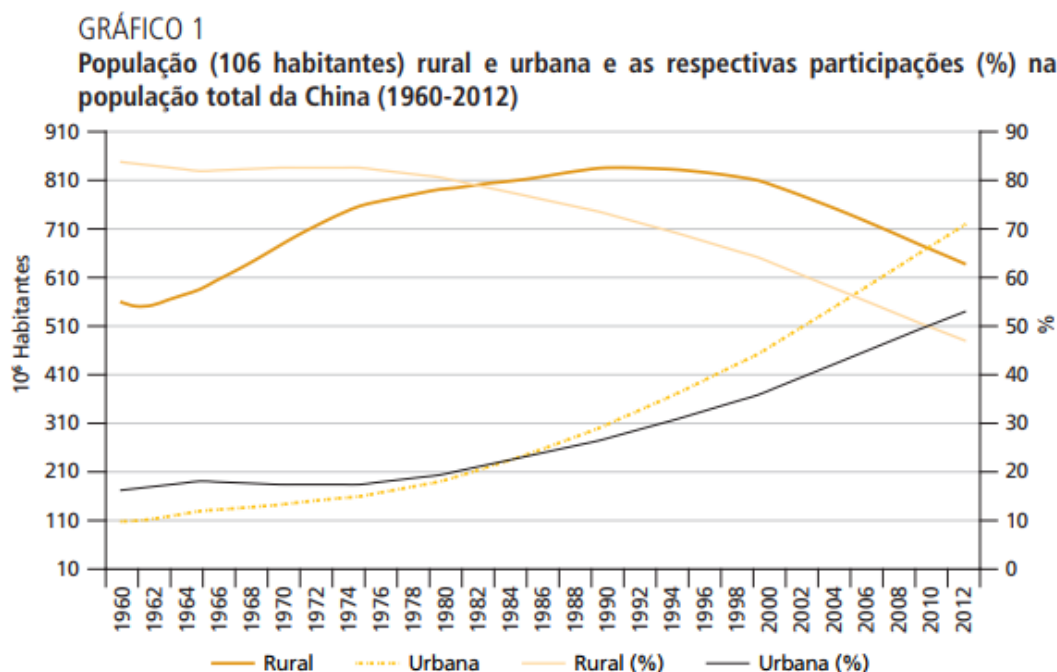
Atualmente distanciar o tema de agronegócios com industrialização é impensável para qualquer país que deseja se desenvolver. Desta forma, é interessante sim que o Brasil consiga conciliar essas duas vertentes de uma maneira conjunta.

Lacerda (2017) salienta que sem políticas para produção de produtos de valor agregado e alto valor agregado, que geram maior competitividade, o Estado condena a diversificação de base industrial do país. Nesse sentido, o país não consegue controlar o processo de desindustrialização eminente. É necessário que o país possua, na visão do autor, políticas que consigam integrar as cadeias produtivas nacionais para que o processo de desindustrialização seja freado. Caso contrário, este processo será uma realidade como nos dias atuais.

De acordo com Vieira, Buainain e Figueiredo (2016), os chineses estão em uma fase de transformações estruturais importantes, uma vez que precisam conservar seu crescimento. Os autores defendem que mudanças intensas são necessárias no segmento urbano, ambiental e no que tange recursos naturais. Além disso, pensar em uma transformação na questão político social, cultural e também no meio ambiente também é de extrema relevância. A “nova indústria” deverá ser pautada em premissas ambientais, pois o futuro dos chineses depende dessas mudanças. Para os autores, o crescimento econômico e todas as consequências embutidas desse aspecto resultaram consequentemente nas recentes questões problemáticas chinesas sobre o consumo de alimentos. Aspectos como a substituições de alimentos internos para alimentos externos, a preocupação da qualidade alimentar e o aumento da classe médica aumenta a demanda por melhores produtos como, por exemplo, Gourmet e Premium.

O gráfico a seguir demonstra o êxodo rural crescente na China.

Gráfico 2 – População (106 habitante) rural e urbana e as respectivas participações (%) na população total da China (1960-2012)



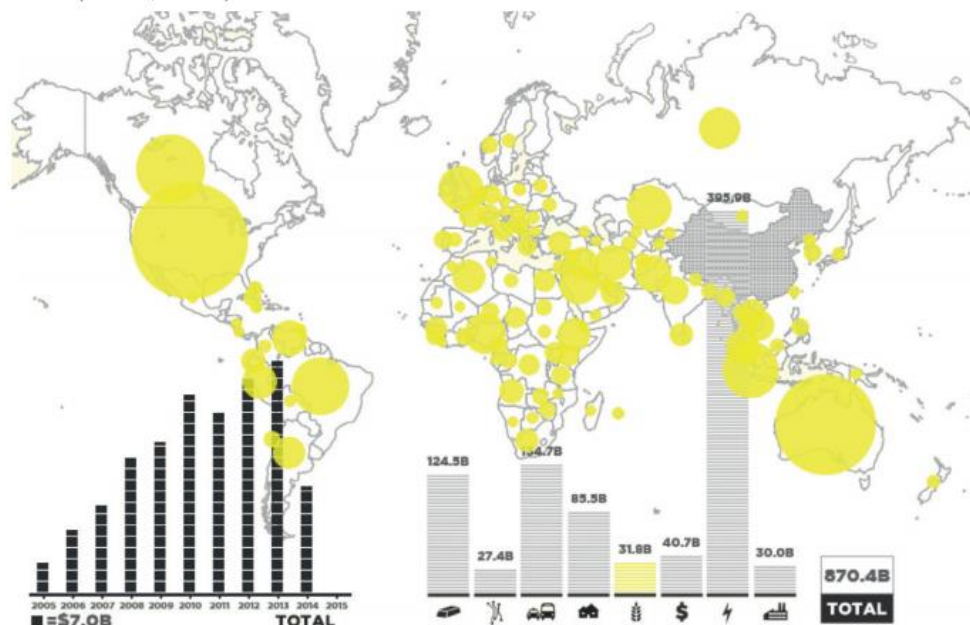
FONTE: VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016, p.58

Na visão de Vieira, Buainain e Figueiredo (2016), existe um desconhecimento acerca dos investimentos na questão agrícola chinesa. São de conhecimento público os investimentos dos chineses na África, onde suas empresas estão investindo em produções agrícolas, com o objetivo de abastecer o mercado chinês. Além disso, algumas grandes corporações de alimentos estão se estabelecendo em países como o Brasil e Austrália, a fim de variar fatores de abastecimentos de recursos agrícolas. Para os autores, a oportunidade dos brasileiros para abocanhar o mercado chinês é notória. A grande questão é saber se o Brasil tem capacidade de produzir tanto alimento para os chineses. A seguir, gráfico mostra os principais investimentos chineses:

Gráfico 3 – Investimento diretos mundiais da China no exterior segundo os setores de mineração indústria, transporte, habitação, agricultura, força, finanças, energia e tecnologia (2005-2014)

GRÁFICO 5

Investimentos diretos mundiais da China no exterior segundo os setores de mineração, indústria, transporte, habitação, agricultura, força, finanças, energia e tecnologia (2005-2014)
(Em US\$ bilhão)



Fonte: The Heritage Foundation ([s.d.]).

Obs.: Imagem cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FONTE: VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016, p.67.

A industrialização e a tecnologia são quesitos fundamentais para o Brasil conseguir abarcar a crescente demanda chinesa por commodities e, portanto, é preciso mudar políticas e incentivos para que alcance tal feito.

É importante entender que o crescimento chinês aumentará de maneira significativa nos próximos anos. Atualmente, não existe nenhum país que tenha a capacidade de sustentar tamanho aumento de produção. Abaixo, Vieira e Buainain discorrem sobre o assunto:

“É inquestionável o apetite chinês e a sua incapacidade de saciá-lo com base na produção doméstica. Um exemplo das implicações do apetite chinês para o mundo agrícola é a previsão de que a demanda por grãos da China passará das atuais 600 milhões de toneladas para 670 milhões em 2020 e 700 milhões em 2030, enquanto a produção interna deve ter um crescimento bem mais modesto, chegando a 568 milhões de toneladas em 2020 (World Bank, 2014). O gap, já elevado, deverá, portanto, crescer e, pelo menos de imediato, poucos países estão preparados para atender à crescente demanda chinesa (VIEIRA; BUAINAIN, 2016, p.69).

A soja, que é a principal commodity na pauta de exportação Brasil-China, tem

um crescimento notório no quesito de exportações in natura comparada a produtos industrializados, como o farelo e o óleo de soja. O autor, baseado nessa perspectiva, defende que está acontecendo uma desindustrialização da agricultura brasileira. O país, para conseguir suprir a demanda chinesa, precisará solucionar seus gargalos e criar produtos de alto valor agregado no que tange seus produtos agrícolas, o que, na visão do autor, pode chegar a outros setores da indústria, trazendo desenvolvimento além de ampliar sua pauta exportadora. (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016).

Além disso, na visão de Vieira, Buainain e Figueiredo (2016), tratando-se de distribuição de renda, a aspiração chinesa de crescimento incentivado pelo aumento da população nas áreas urbanas, implicará em uma grande demanda alimentar. O Brasil não tem demonstrando interesse em receber investimentos da China e essa situação para o autor é crítica, pois outros países com maior disposição nesse aspecto poderão receber tais investimentos. Para que o Brasil se torne um país atrativo, é necessário a mudança na legislação de propriedade e uso de terra. Empresas australianas e da Nova Zelândia estão buscando investimento dos chineses. Já aqui no Brasil, não existe o conhecimento de nenhuma empresa que tenha recebido investimentos agrícolas.

Os setores agrícolas do Brasil não conversam entre si, o que demonstra uma grande falha de articulação, elemento que é importante para que esses setores se estruturassem cada vez mais frente aos desafios de demanda da China. O segmento agrícola também é desconexo da política de logística, o que denota a falta de coordenação e um mal gerenciamento nesse sentido. Para o autor, a indústria brasileira tem que ser pensada em coordenação com a agricultura. Não faz sentido pensar esses dois segmentos de maneira desconexa, visto que, nas palavras do autor, “promover a indústria e os serviços a partir da agricultura é a chave para o Brasil não ser engolido pela China. Nesse caso, além dos exemplos da logística e da bioenergia, a indústria de processamentos para alimentos premium/gourmet deve ser uma das vertentes da agricultura brasileira” (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016 p. 78). O Brasil tem que se mostrar ativo e não esperar que o mercado demande. Ele precisa demonstrar estar atento às dinâmicas de mercado e traçar sua estratégia comercial e qual caminho irá seguir, pois “enquanto historicamente a

China negocia, o Brasil coopera; ou seja, se o Brasil aguardar passivamente a dinâmica do mercado, fatalmente será engolido pela China” (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016, p. 78).

O Brasil precisa de uma nova maneira de se colocar no mercado, alinhando com a questão agrária e estimulando a sua agroindústria. Uma nova atitude e reposicionamento do mercado são cruciais para seu desenvolvimento.

Como foi frisado por Vieira, Buainain e Figueiredo (2016), o Brasil precisa modernizar seus produtos agrícolas, visto que o ponto forte do país é a agroindústria. Para Santos (2006), a trajetória do homem e a natureza são divididas em três tipos de interações. A fase que o Brasil está inserido seria a técnico-científica, que é a etapa que abarca o envolvimento do homem com a máquina. Nesse sentido, como abordado em seu texto, essa divisão acarreta em interesses das novas correntes mundiais e novos atores, como é o caso dos chineses. Todos os autores apresentados demonstram uma preocupação para com o Brasil, que não está preparado para atender as demandas chinesas. Além disso, a noção de território se desfaz, no caso do interesse chinês em investir no Brasil e em outros potenciais países a fim de melhorar a produção agrícola para sua própria demanda é demonstrada como essa questão forte de território se desfaz, trazendo a noção de universalidade.

Na visão de Santos (2016), as construções de vias, estradas, pontes e modais, em geral, leva a uma maior globalização por conta da interação mais aproximada entre os atores internacionais. Podemos comparar facilmente a questão de investimento direto dos chineses para com os brasileiros, o investimento seria prioritariamente em itens para melhorar o escoamento dos produtos brasileiros para o comércio exterior. Desse modo, é evidenciada por Santos (2016) a importância que tais dinâmicas têm nas relações de territórios diferentes, onde atores exercem pesos divergentes, possuem relevância diferente no cenário internacional. A previsão do aumento do consumo chinês e a urgência em estimular a fabricação desses produtos e, com isso, o incentivo ao consumo também foi analisado por Santos (2016). Para o autor, os espaços que antes eram reservados para a produção sofrem alteração e, por conta da tecnologia, ficam menores devido aos

avanços da biotecnologia e da química.

A Divisão Internacional do Trabalho também é analisada por Milton Santos e, segundo ele, as áreas específicas para produção de determinados produtos tornam a fabricação mais vantajosa. Tal exemplo é visto no Brasil, já que os chineses têm muito interesse em investir no país, visto que eles necessitam do fornecimento de alimentos e o Brasil possui grandes vantagens comparativas nesse segmento, aumentando a necessidade de trocas comerciais. Dessa maneira, cria-se um novo padrão de consumo e a necessidade da circulação de produtos se torna inevitável.

Quando os chineses se propõem a ser a grande fábrica do mundo, na visão de Santos (2016), isso gera um aprofundamento na especialização produtiva de cada ator no cenário internacional e, neste sentido, leva a circulação de mercadoria para um nível ainda mais alto. Podemos observar a clara mudança chinesa no que tange a aspiração em ser um mercado de alto valor agregado à mudança do “Made in China” para o “Design by China”. O autor utiliza do exemplo dos Estados Unidos, país que busca mercados internacionais forçando um processo de desindustrialização em seus destinos, o que enfraquece a soberania nacional destes. Os chineses também buscam esses mercados na América Latina e na África, e aos poucos também forçam a desindustrialização de tais regiões. É interessante que se esteja preparado para participação ativa dos chineses dentro do Brasil através do IDE para que o enfraquecimento da soberania nacional não seja cada vez maior, principalmente em pontos sensíveis brasileiros, como a logística, que é o grande impulsionador do desenvolvimento de qualquer Estado.

CONCLUSÃO

Durante toda sua trajetória, os chineses demonstraram que possuem uma capacidade de se reinventar constantemente e, neste sentido, fizeram transformações fundamentais para lograr seu desenvolvimento. O dinamismo com que o governo chinês conseguiu tratar assuntos complexos, tais como a fome extrema, o desenvolvimento interno chinês, a inserção dos chineses no mercado internacional, a abertura de suas fronteiras para o IDE e a continuidade das políticas públicas independente do presidente, foram e são qualidades fundamentais para o alcançar tal objetivo em seu país. A abertura da China para com os empresários internacionais, juntamente com uma estratégia bem pensada para atrair tais empresas e ainda adquirir conhecimento através de Joint Ventures, foi uma grande aposta que resultou no sucesso e no alto rendimento chinês em termos de PIB. Todo o sucesso da China também se deve ao fato da sensibilidade em que o governo tem em aprender com a história e traçar planos e objetivos futuros.

Os chineses demonstraram entender o contexto em que se encaixam e recuaram quanto ao incentivo de crédito, visto que a insistência poderia culminar em uma crise generalizada internacional. Dessa maneira, apesar de ser cedo para expressar, dada a pouca informação, a internacionalização de empresas ainda deve ser uma política fundamental no governo de Xi Jinping, pois é muito importante para a economia nacional. A diminuição do crédito demonstra uma política que possui uma estrutura bem pensada, juntamente com um apoio à internacionalização. Isso não significa que parar, entender o contexto em questão e reajustar esteja fora de questão.

A internacionalização de empresas é prioritária no governo atual chinês, em razão, como demonstrado, de grande quantidade de vendas e ativos no meio internacional, apesar de o fluxo de empregos não alcançar as devidas proporções de volume significativos, ficando dentro do próprio país. O incentivo às empresas chinesas de se internacionalizarem é intenso e complementar, devido às políticas de financiamento, incentivos fiscais, consultorias as empresas e a acordos internacionais para o desenvolvimento da internacionalização.

No caso do Brasil, pode-se inferir que o país pode vir a ganhar grande oportunidade de se desenvolver e sair da crise. Entretanto, para que isso se transforme em uma realidade, é necessário entender qual o propósito do Brasil em longo prazo e pensar em políticas que servirão a este propósito. Assim como os chineses aproveitaram a oportunidade de aprender novas tecnologias e inovar com as empresas que adentraram seu território, o Brasil precisará também se munir de estratégias para que a proximidade com a China seja benéfica para o país. Se o caminho que o Brasil escolher será por meio do agronegócio ou da industrialização, será preciso que as políticas sejam voltadas ao propósito que melhor servirá a proposta em que se encaixa.

A falta de continuidade das políticas brasileiras aliadas com a falta de um pensamento conjunto de crescimento e desenvolvimento e a não conversa entre representantes governamentais são problemas que precisam ser resolvidos. Os chineses possuem planos para o Brasil devido ao posicionamento que o próprio país ofertou no cenário internacional. Neste sentido, é fundamental que o Brasil tenha políticas e estratégias interessantes o suficiente para não se tornar refém dos chineses e esmagados no que tange ao comércio internacional e regional.

Baseado nas teorias utilizadas, neste primeiro momento, utilizando a teoria de Milton Santos, quanto maior for a quantidade de meios mais rápidos capazes de conectar pontes, ferrovias e ambientes a fim de melhorar o tráfego de pessoas e produtos, maior será a tendência é que seja realizada fluxos mais intensos de troca. Na perspectiva dos chineses, é uma oportunidade ideal para o IDE, visto que, por meio do comércio, é possível se realocar internacionalmente como uma potência internacional de maneira estratégica, do ponto de vista território e econômico. A maneira dos chineses de alcançarem esses novos mercados é por meio do dito “novo imperialismo” descrito por Wood, como uma nova perspectiva de mundo que consegue ter ingerências em outros países por meio do comércio. Esses novos laços se tornam ainda mais evidentes por meio das trocas cada vez mais complexas e dependentes descritas por Keohane e Nye, em sua teoria de interdependência complexa, onde demonstram como a globalização criou um cenário cada vez mais conectado.

BIBLIOGRAFIA

ACIOLY; ALVES; LEÃO. **A Internacionalização das Empresas Chinesas**. 2009.

Disponível em

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5987/1/NT_n01_Internacionalizacao-empresas-chinesas_Deint_2009-maio.pdf>. Acessado em 20 set.2017.

MORETZ- SOHN **Conhecendo o Sistema Político Chinês**.2017. Disponível em <<http://arq.apexbrasil.com.br/emails/institucional/2014/135/ConhecendoOSistemaPoliticoChines.pdf>> Acessado em 28 set, 2017.

ARAÚJO, Carlos Antônio Lopes de. **O investimento direto estrangeiro chinês no Brasil e os determinantes para a escolha de setores pelas empresas investidoras**. 2013. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12038/1/2012_CarlosAntonioLopesAraujo.pdf> Acessado em 29 set, 2017.

Barmé, G. R., Jaivin, L., & Goldkorn, J. **Shared Destiny: China Story Yearbook 2014**. ANU Press.

BRITANNICA. **Jiam Zeming: Chinese Politician**.2017. Disponível em<<https://www.britannica.com/biography/Jiang-Zemin>>. Acessado em 25 jun. 2017.

COELHO, Ana Cecília da Costa Silva and REYNALDO, Renata Guimarães. **Os movimentos sociais transnacionais sob a perspectiva da teoria crítica de Robert Cox movimento contra hegemônico na era da globalização**.In: ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais – USP. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000100012&lng=en&nrm=abn>. Acesso em 28 de ago 2017.

CUNHA, Andre Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil no espelho da China: tendências para o período pós-crise financeira global. **Revista de economia contemporânea**. Rio de Janeiro. Vol. 16, n. 2 (maio/ago. 2012), p. 208-236, 2012.

DE CONTI, Bruno; BLIKSTAD, Nicholas. **Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser**. Campinas: IE/Unicamp, 2017. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/internacional/1467633496_753850.html. Acessado em: 25 jun, 2017.

EBC. **Hu Jintao defende desenvolvimento pacífico e ampliação das reformas**. 2012. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2012/11/hu-jintao-defende-desenvolvimento-pacifico-e-ampliacao-das-reformas>>. Acesso em: 27 set. 2017.

EL PAÍS. **China apresenta sua nova e milionária Rota da Seda.** 2017. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/13/internacional/1494692129_532492.html. Acessado em: 25 jun 2017.

EL PAÍS. **O apetite chinês muda de cara na América Latina.** 2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/15/economia/1497560655_900574.html Acesso em: 22 out.2017

EL PAÍS. **Prisão perpétua por corrupção para braço direito de ex-presidente chinês.** 2017 Economia. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/15/economia/1497560655_900574.htm. Acessado em: 19 ago.2017.

EXAME. **A mão forte da China agora atinge empresários do país.** 2017 Disponível no link: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/a-mao-forte-da-china-agora-atinge-empresarios-do-pais/#> . Acessando em: 16 set, 2017.

FALCÃO, Marcelo Braga et al. **O impacto das distâncias institucionais CAGE e motivações de mercado, recursos e ativos estratégicos sobre o fluxo de investimento direto estrangeiro brasileiro para o exterior.** 2014. Acessado em < http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2017/artigos/E2017_T00196_PCN33580.pdf>. Acessado em 29 set, 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony: Cooperation and Discord in World Political Economy.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984.

LAMPTON, David M. **Following the Leader: Ruling China, from Deng Xiaoping to Xi Jinping.** Univ of California Press, 2014.

LAZAROU, Elena. **Multilateralismo nas Relações Internacionais: visões cruzadas.** Elsevier Brasil, 2014.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo.** Campinas: FE/Unicamp, 2011.

LI, Cheng. The battle for China's top nine leadership posts. **The Washington Quarterly**, v. 35, n. 1, p. 131-145, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo Expressão Popular, 2008.

ROBINSON, William. **A Theory of Global Capitalism** Production, Class, and State in a Transnational World. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e**

Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TIEN, Hung-mao; ZHU, Yunhan (Ed.). **China under Jiang Zemin.** Lynne Rienner Publishers, 2000.

TIEN, Hung-mao; ZHU, Yunhan (Ed.). **China under Jiang Zemin.** Lynne Rienner Publishers, 2000.

TSANG, Steve; MEN, Honghua (Ed.). **China in the Xi Jinping Era.** Springer, 2016.

VALOR. O partido comunista da China coloca XI em pé de igualdade com Mao e Deng. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/4758247/partido-comunista-da-china-coloca-xi-em-pe-de-igualdade-com-mao-e-deng>>. Acessado em: 25 jun. 2017.

VALOR. **Velhas lideranças fazem oposição à campanha anticorrupção na China.** 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/3501590/velhas-liderancas-fazem-oposicao-campanha-anticorruptao-na-china>>. Acessado em: 25 jun, 2017.

VOGEL, Ezra F. **Deng Xiaoping and the transformation of China.** Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

WOOD, Ellen. **Empire of Capital.** London: Verso, 2003.